

Empresas do Setor da Construção

Análise Económico-Financeira Exercício de 2023



FICHA TÉCNICA

Título: Empresas do Setor da Construção – Análise Económico-Financeira – Exercício de 2023

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@impic.pt

Data de edição: janeiro 2025

Índice

INTRODUÇÃO	7
1. ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS	10
1.1. Panorama Geral.....	10
1.2. Setor da Construção	11
1.2.1. Portugal no contexto do setor de construção no Mundo	12
1.2.2. Portugal no contexto do setor de construção na Europa.....	12
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO EM 2023	15
2.1 Empresas com Títulos Habilitantes	15
2.1.1 Constituição da Amostra	19
2.2 Dimensão das empresas.....	20
2.3 Empregabilidade das empresas.....	23
2.4 Requisitos Legais	24
2.4.1 Capital Próprio	24
2.4.2 Liquidez Geral	26
2.4.3 Autonomia Financeira	29
2.5 Outros Indicadores Económico-Financeiros	33
2.5.1 Indicadores Financeiros	33
2.5.2 Indicadores Económicos	37
3. AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO EM 2023	44
4. COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES EUROPEUS	49
SÍNTESE.....	53

Quadros

Quadro 1 – Caracterização das empresas por dimensão	10
Quadro 2 – Estrutura do tecido empresarial português	10
Quadro 3 – O Setor da Construção dentro do tecido empresarial português	11
Quadro 4 – Países europeus por Volume de Vendas das suas empresas no TOP 100	13
Quadro 5 – Classes de Alvará e limites	15
Quadro 6 – Evolução das empresas com títulos habilitantes.....	16
Quadro 7 – N.º de empresas com títulos habilitantes	16
Quadro 8 – N.º de empresas com alvarás de construção	17
Quadro 9 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	20
Quadro 10 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	20
Quadro 11 – Distribuição das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	22
Quadro 12 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras públicas.....	22
Quadro 13 – Distribuição das empresas por dimensão e título habilitante de obras particulares	23
Quadro 14 – Média de trabalhadores, por dimensão da empresa e título habilitante	23
Quadro 15 – Valores mínimos de Capital Próprio e taxa de incumprimento	25
Quadro 16 – Incumprimento do valor de Capital Próprio por tipo de alvará	26
Quadro 17 – Liquidez Geral das empresas da amostra	26
Quadro 18 – Liquidez Geral por Regiões (NUTS II)	27
Quadro 19 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras públicas	27
Quadro 20 – Liquidez Geral das empresas com habilitação em obras particulares..	27
Quadro 21 – Liquidez Geral das empresas, por título habilitante	28
Quadro 22 – Incumprimento do rácio de Liquidez Geral	29
Quadro 23 – Autonomia Financeira por Classes.....	30
Quadro 24 – Autonomia Financeira por Regiões (NUTS II)	30
Quadro 25 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras públicas.....	31
Quadro 26 – Autonomia Financeira das empresas com habilitação em obras particulares	31
Quadro 27 – Autonomia Financeira das empresas, por título habilitante	32
Quadro 28 – Incumprimento do rácio de Autonomia Financeira.....	32
Quadro 29 – Indicadores Financeiros	34
Quadro 30 – Indicadores Financeiros, por Regiões (NUTS II)	37
Quadro 31 – Indicadores Económicos	39

Quadro 32 – Número de empresas com Resultado Líquido negativo	40
Quadro 33 – Número de empresas por escalões de Resultado Líquido	40
Quadro 34 – Indicadores Económicos, por Regiões (NUTS II)	42
Quadro 35 – TOP 20 em Volume de Negócios	44
Quadro 36 – Indicadores Financeiros das TOP 20	46
Quadro 37 – Indicadores Económicos das TOP 20	46
Quadro 38 – Representatividade da amostra por país	49
Quadro 39 – Valores medianos dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus	50

Gráficos

Gráfico 1 – Empresas com título habilitante VÁLIDO, mas sem atividade.....	18
Gráfico 2 – Distribuição geográfica	18
Gráfico 3 – Constituição da amostra.....	19
Gráfico 4 – Peso relativo das empresas com títulos habilitantes por classes e dimensão	21
Gráfico 5 – Liquidez Geral (mediana) por título habilitante	28
Gráfico 6 – Autonomia Financeira (mediana) por título habilitante	31
Gráfico 7 – Indicadores Financeiros	35
Gráfico 8 – Indicadores Económicos	39
Gráfico 9 – Peso do TOP 20 em termos de Volume de Negócios	45
Gráfico 10 – Comparativo dos indicadores económico-financeiros de alguns países europeus	50



Introdução

INTRODUÇÃO

Na continuidade dos reportes dos anos anteriores, o presente relatório apresenta os dados económico-financeiros disponíveis referentes às empresas detentoras de título habilitante para o exercício da atividade de construção, relativamente ao ano económico de 2023.

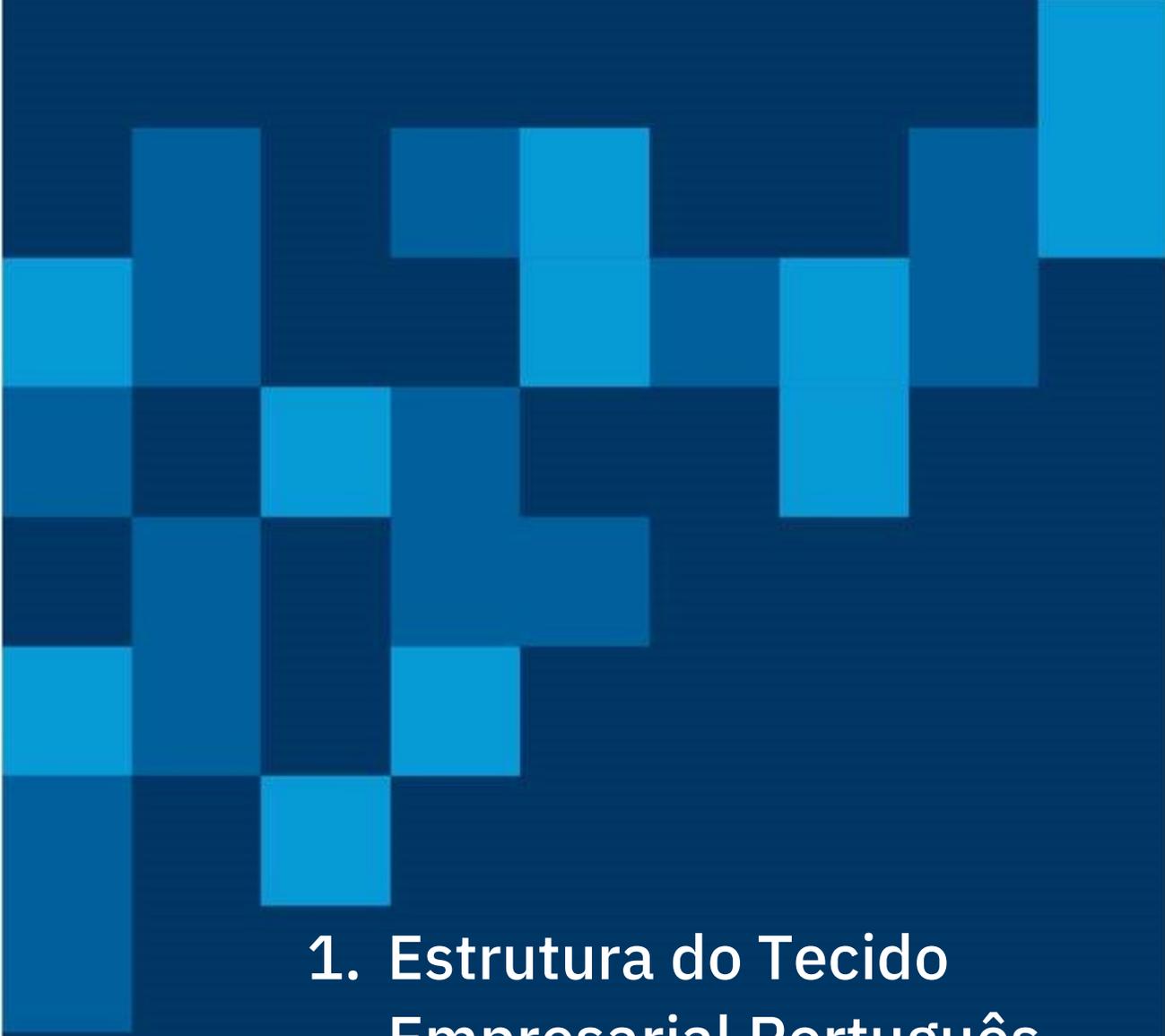
Os dados económico-financeiros são obtidos através da consulta à IES – Informação Empresarial Simplificada, entregue anualmente pelas empresas e pessoas singulares com contabilidade organizada, e que inclui informação de natureza fiscal, contabilística e estatística.

O relatório que a seguir se apresenta, destaca os seguintes aspetos:

- Análise do tecido empresarial português;
- Análise do setor da construção português e comparação com os dados mundiais e europeus;
- Análise da situação económico-financeira das empresas, através dos seguintes indicadores:
 - *Capital Próprio;*
 - *Liquidez Geral;*
 - *Autonomia Financeira;*
 - *Liquidez Reduzida;*
 - *Cobertura do Ativo Não Corrente;*
 - *Solvabilidade;*
 - *Endividamento;*
 - *Estrutura de Endividamento;*
 - *Resultado Líquido do Exercício;*
 - *Rentabilidade do Capital Próprio;*
 - *Rentabilidade do Ativo;*
 - *Volume de Negócios;*
 - *Rotação do Ativo;*
 - *Rentabilidade das Vendas;*
 - *Margem EBITDA.*
- Para cada um dos 3 primeiros indicadores – os legalmente exigidos – será apresentada uma análise mais pormenorizada, tendo em consideração os

diferentes títulos habilitantes, o tipo de obra a que dizem respeito, a região NUTS II e os valores mínimos definidos pela Lei;

- Para os restantes indicadores será realizada uma análise de enquadramento conjunta, por tipo de obra e por região NUTS II;
- Destaque das 20 maiores empresas do sector da construção, tendo em consideração o indicador Volume de Negócios, comparando-as com os resultados globais;
- Comparação dos indicadores do sector da construção em Portugal com outros países europeus.



1. Estrutura do Tecido Empresarial Português

1. ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

1.1. PANORAMA GERAL

De acordo com o artigo n.º 2 do Anexo do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a dimensão das empresas é caracterizada da seguinte forma:

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS POR DIMENSÃO

Dimensão	N.º de Efetivos	Volume de Negócios
<i>Grande</i>	≥ 250	> 50 M€
<i>Média</i>	< 250	≤ 50 M€
<i>Pequena</i>	< 50	≤ 10 M€
<i>Micro</i>	< 10	≤ 2 M€

Segundo os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE), a estrutura do tecido empresarial português, segue a distribuição representada no quadro seguinte.

QUADRO 2 – ESTRUTURA DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

Dimensão	2022		2023		Var. 2023/2022	
	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%	Nº de empresas	%
Grandes Empresas	1 436	0,10%	1 550	0,10%	114	7,94%
Médias Empresas	8 014	0,56%	8 382	0,55%	368	4,59%
Pequenas Empresas	47 406	3,30%	49 794	3,30%	2 388	5,04%
Micro Empresas	1 380 398	96,04%	1 450 548	96,05%	70 150	5,08%
Total	1 437 254	100,00%	1 510 274	100,00%	73 020	5,08%

Fonte: INE

A grande maioria das empresas são microempresas, que representam mais de 96% do total do tecido empresarial, sendo o conjunto de micro, pequenas e médias empresas representativas de 99,90% das empresas portuguesas.

1.2. SETOR DA CONSTRUÇÃO

Tendo em conta o panorama geral e os dados disponibilizados pelo INE relativamente aos diversos setores da economia, apresenta-se de seguida uma análise comparativa e evolutiva do setor da construção na última década (2014 – 2023).

QUADRO 3 – O SETOR DA CONSTRUÇÃO DENTRO DO TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

Número total de empresas em Portugal										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
1 128 258	1 163 082	1 196 102	1 242 693	1 278 164	1 318 330	1 301 000	1 342 116	1 437 254	1 510 274	
Número de empresas do sector da construção e peso relativo										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
77 844	77 906	78 866	81 629	85 311	90 430	92 328	97 355	102 471	107 857	
6,90%	6,70%	6,59%	6,57%	6,67%	6,86%	7,10%	7,25%	7,13%	7,14%	
Pessoal ao serviço das empresas em Portugal										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
3 449 428	3 578 913	3 704 740	3 892 218	4 060 451	4 225 538	4 140 136	4 236 222	4 487 322	4 738 341	
Pessoal ao serviço das empresas do sector da construção e peso relativo										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
294 458	297 344	301 862	312 914	328 053	353 398	362 320	379 599	398 687	430 381	
8,54%	8,31%	8,15%	8,04%	8,08%	8,36%	8,75%	8,96%	8,88%	9,08%	
Solvabilidade das empresas em Portugal										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
47%	50%	52%	53%	57%	58%	63%	65%	68%	76%	
Solvabilidade das empresas do sector da construção e diferença para o valor nacional										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
30%	32%	35%	40%	44%	44%	46%	49%	51%	52%	
-17,00%	-18,00%	-17,00%	-13,00%	-13,00%	-14,00%	-17,00%	-16,00%	-17,00%	-24,00%	
Volume de Negócios das empresas em Portugal (milhares euros)										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
323 008 554	331 601 856	340 479 969	371 477 802	396 679 491	412 640 613	371 475 656	430 887 868	533 462 569	550 295 127	
Volume de Negócios das empresas do sector da construção (milhares euros) e peso relativo										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
18 134 433	17 953 277	17 490 657	19 413 581	21 212 518	23 256 151	23 645 337	27 655 545	31 971 517	35 505 594	
5,61%	5,41%	5,14%	5,23%	5,35%	5,64%	6,37%	6,42%	5,99%	6,45%	
VAB das empresas em Portugal (milhares euros)										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
76 130 692	80 547 613	85 410 310	92 690 116	98 652 564	104 417 694	94 186 512	108 914 356	129 486 491	147 020 142	
VAB das empresas do sector da construção (milhares euros) e peso relativo										
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Tendência
5 336 992	5 402 865	5 365 771	5 951 444	6 708 162	7 585 495	7 782 105	8 740 131	9 792 737	11 498 661	
7,01%	6,71%	6,28%	6,42%	6,80%	7,26%	8,26%	8,02%	7,56%	7,82%	

Fonte: INE

No setor da construção, os valores refletem uma tendência de recuperação do setor. O ajustamento económico por que passou o país nos últimos anos penalizou fortemente o setor.

1.2.1. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NO MUNDO

Segundo o estudo “GPoC 2023 – Global Powers of Construction” elaborado pela Deloitte, unicamente o grupo MOTA-ENGIL SGPS consta do ranking das 100 maiores empresas de construção do mundo em 2023, em termos de Volume de Negócios, ocupando a 56.^a posição, numa tabela que é liderada, nos primeiros 6 lugares, por empresas chinesas seguidas das francesas Vinci (72.679 M€), que aparece no 7.^o lugar, e a Bouygues (59.142 M€) em 8.^o.

A empresa portuguesa que, segundo os dados do referido estudo apresentou 5.861 M€ de Volume de Negócios, observou um acréscimo nas suas vendas em 49,9% relativamente ao ano anterior.

As companhias chinesas ocupam 11 lugares no TOP 100 e, mesmo que não sejam do país mais representado – o Japão e os Estados Unidos da América têm, cada um, 14 empresas representantes, e o Reino Unido, 11 - em conjunto, atingem cerca de 54% (1.044.053 M€) de todas as vendas do TOP 100 (1.949.875 M€).

Se utilizarmos o montante da atividade além-fronteiras como fator de ordenação, a espanhola ACS, seguida da francesa Vinci, com 90% e 57% do seu Volume de Negócios a ser gerado fora do seu território, lideram a tabela.

1.2.2. PORTUGAL NO CONTEXTO DO SETOR DE CONSTRUÇÃO NA EUROPA

Dos 30 países representados no TOP 100 de 2023, 15 são europeus, com 40 empresas representadas. Portugal ocupa o 9.^o lugar a nível europeu. Entre 2018 e 2021, Portugal ocupou a 14.^a posição, subindo para a 11.^a em 2022. As primeiras 5 posições mantêm-se inalteradas desde 2015.

QUADRO 4 – PAÍSES EUROPEUS POR VOLUME DE VENDAS DAS SUAS EMPRESAS NO TOP 100

Posição	2019	2020	2021	2022	2023
1	França	França	França	França	França
2	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
3	Reino Unido				
4	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia	Suécia
5	Áustria	Áustria	Austria	Austria	Austria
6	Holanda	Holanda	Holanda	Itália	Itália
7	Grécia	Itália	Itália	Grécia	Grécia
8	Itália	Grécia	Grécia	Holanda	Holanda
9	Turquia	Suíça	Turquia	Turquia	Portugal
10	Suíça	Noruega	Noruega	Noruega	Turquia
11	Noruega	Belgica	Belgica	Portugal	Noruega
12	Belgica	Finlândia	Suíça	Suíça	Suíça
13	Finlândia	Turquia	Finlândia	Dinamarca	Dinamarca
14	Portugal	Portugal	Portugal	Finlândia	Finlândia
15	Dinamarca	Dinamarca	Dinamarca	Alemanha	Belgica
16	Alemanha	Alemanha	Alemanha	Belgica	-
Total	316 388 M€	290 676 M€	352 398 M€	346 774 M€	407 004 M€

Fonte: Global Powers of Construction (GPOC) 2023 analysis

Nos últimos cinco anos, Portugal oscilou a sua posição no ranking das maiores empresas de construção da Europa entre a 14^a posição, no período 2019 a 2021, e a 14^a posição em 2023.

No mesmo período, verificou-se que o conjunto das companhias europeias apresentou um Volume de Negócios anual de 407.004 milhões de euros, superior ao dos anos anteriores.

As três maiores empresas europeias em termos de Volume de Negócios, designadamente, a Vinci (FR), a Bouygues (FR) e a ACS (ES), representam 8,7% do Volume de Negócios do TOP 100 do GPoC (169.554M €).

Nas 42 empresas europeias do TOP 100 de Volume de Negócios, a MOTA-ENGIL SGPS S.A. ocupa, em 2023, a 56.^a posição (ocupava a 71.^a posição em 2022).



2. Análise Económico-Financeira das Empresas do Setor da Construção no exercício de 2023

2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO EM 2023

2.1 EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

A Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto, publicada na 1.ª série do Diário da República, procede à atualização dos valores máximos, em euros, das obras permitidas por cada uma das classes de alvará, quer de obras públicas, quer de obras particulares, da seguinte forma:

QUADRO 5 – CLASSES DE ALVARÁ E LIMITES

Classe de habilitações	Valores máximos das obras permitidas (€)
1	200 000 €
2	400 000 €
3	800 000 €
4	1 600 000 €
5	3 200 000 €
6	6 400 000 €
7	12 500 000 €
8	19 000 000 €
9	acima de 19 000 000 €

A Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, estabelece ainda os limites dos certificados de empreiteiro de obras públicas e de obras particulares, nos n.ºs 2 dos artigos 7.º e 25.º, em 20% do limite fixado para a classe 1 de alvarás.

Em 31.12.2023, o IMPIC tinha homologados 64.913 títulos habilitantes, entre alvarás e certificados de obras públicas e de obras particulares. Para efeitos de análise da estrutura do tecido empresarial do sector da construção, foi tido em consideração o universo de 59.977 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos nessa data. Deste universo, foram analisadas 42.841 entidades, número correspondente àquelas que, de entre as primeiras, a Informa D&B e a ferramenta de pesquisa que disponibiliza, a SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, devolvem algum tipo de informação.

QUADRO 6 – EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

Período de referência	N.º de Empresas do Setor F - construção ⁽¹⁾	N.º de Empresas com Títulos Habilitantes ⁽²⁾	Das quais, constantes no SABI/ Informa D&B
2020	92 328	50 197	34 663
2021	97 355	52 629	37 250
2022	102 471	56 179	40 156
2023	107 857	59 977	42 841
Tendência			

(1) Fonte: INE;

(2) Fonte: IMPIC; Empresas com NIF português

O quadro anterior (dados do INE) dá uma perspetiva da evolução do número de empresas com CAE do setor da construção nos últimos quatro anos e relaciona-a com o número de empresas com NIF português que possuíam pelo menos um título habilitante válido no final do ano de 2023. Nos anos em análise, o rácio entre o número de empresas registadas e o número de empresas com CAE da construção esteve entre os 54% e os 56%.

Os n.ºs 3 dos artigos 6.º e 7.º da já referida Lei n.º 41/2015 estabelecem que os títulos habilitantes de obras públicas permitem também que os empreiteiros executem obras particulares dentro dos mesmos limites, pelo que, mais do que a existência de empresas com títulos habilitantes em obras públicas e obras particulares, que pode ser observada mais adiante no Quadro 8, é curioso encontrarem-se casos de empresas que possuem não só alvará como certificado relativamente ao mesmo tipo de obra, conforme nos mostra o Quadro 7. Esta situação acontecerá, certamente, por o segundo ter sido solicitado há mais tempo, tendo a empresa se deparado com a necessidade de aumentar o título habilitante.

No conjunto das 42.841 entidades, 30.065 possuem um título habilitante de obras públicas e 15.382 de obras particulares. Concluímos também que 1.109 possuem mais do que um título habilitante de obras públicas e 166, mais do que um título habilitante de obras particulares. De facto, uma análise às empresas com títulos habilitantes válidos permite constatar que 39.033 possuem apenas um título habilitante, 3.720 possuem dois e 83 possuem três.

QUADRO 7 – N.º DE EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES

Habilitação em Obras Públicas			
Alvará	Certificado	Alvará e Certificado	Total
17 714	13 460	1 109	30 065
Habilitação em Obras Particulares			
Alvará	Certificado	Alvará e Certificado	Total
12 710	2 838	166	15 382

Fonte: IMPIC

O Quadro 8 mostra que, em 31.12.2023, no conjunto das 42.841 entidades identificadas, 29.962 possuíam algum tipo de alvará. Destas, 17.714 (59,1%) tinham alvarás de obras públicas e 12.710 (42,4%), alvarás de obras particulares.

A grande maioria das empresas com alvará de obras públicas, 17.252 das 17.714, correspondendo a 97,4%, era exclusivamente detentora desse tipo de alvará. Quanto às empresas exclusivamente detentoras de alvará de obras particulares, contam-se 12.248 de um total de 12.710 empresas, correspondendo a 96,4%.

Estes valores indiciam, sem qualquer dúvida, a existência de uma especialização das empresas por tipo de obra, até porque as 462 empresas que possuem simultaneamente alvarás de construção de obras públicas e particulares correspondem a um valor residual de apenas 1,54%.

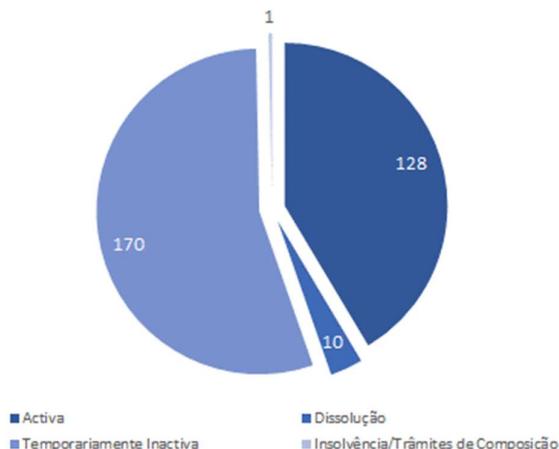
QUADRO 8 – N.º DE EMPRESAS COM ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

		Alvarás de Obras Públicas									Total
		Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6	Classe 7	Classe 8	Classe 9	
Sem outro alvará		5623	6391	1684	1591	1259	400	173	49	82	17252
Alvarás de Obras Particulares	Classe 1	3387	26	19	4	4					3440
	Classe 2	7739	81	142	12	12	6				7992
	Classe 3	462	14	37	7	2					522
	Classe 4	358	7	23	4	9	2				403
	Classe 5	208	2	6	2	4	8				230
	Classe 6	66	1	1	1	1	5	1			76
	Classe 7	17	1	3		2	3	1	1		28
	Classe 8	6					1	1			8
	Classe 9	5				1	1		3		11
	Total		12248	5755	6622	1714	1626	1285	404	176	50
		17714									

Fonte: IMPIC

Das 42.841 entidades identificadas na base de dados, 5512 não apresentaram dados financeiros em 2023 e 309 apresentaram um número de empregados e um volume de vendas igual a zero, apesar de terem um título habilitante válido, de onde se conclui tratar-se de empresas que, durante o ano de 2023, não tiveram atividade. Relativamente a estas últimas, a Informa D&B, face ao histórico de resultados apresentados, classifica-as da forma apresentada no Gráfico 1.

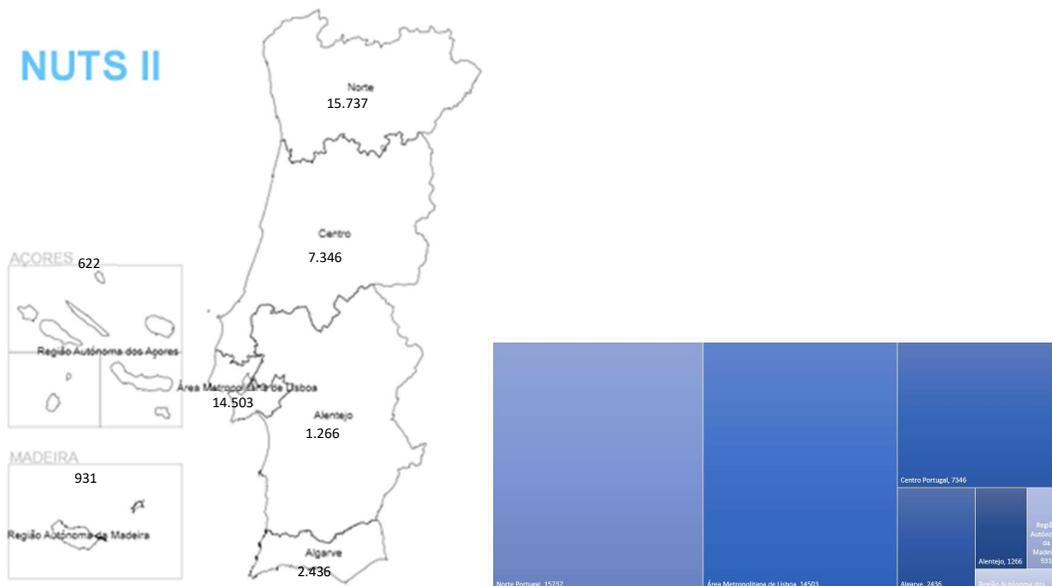
GRÁFICO 1 – EMPRESAS COM TÍTULO HABILITANTE VÁLIDO, MAS SEM ATIVIDADE



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

As já referidas 42.841 entidades com NIF português e com algum título habilitante válido distribuem-se geograficamente da forma que é apresentada no Gráfico 2, com a região Norte a ser aquela que mais empresas possui, seguida pela Área Metropolitana de Lisboa e pela região Centro. Noutra perspetiva, a Área Metropolitana de Lisboa é a que acolhe a maior percentagem de grandes empresas, com 45,6% do total, seguida da região Norte com 36,3% e da região Centro com 7,5%. Já as médias, pequenas e microempresas têm mais peso na região Norte, com 42,2%, 41,4% e 35,9%, respetivamente.

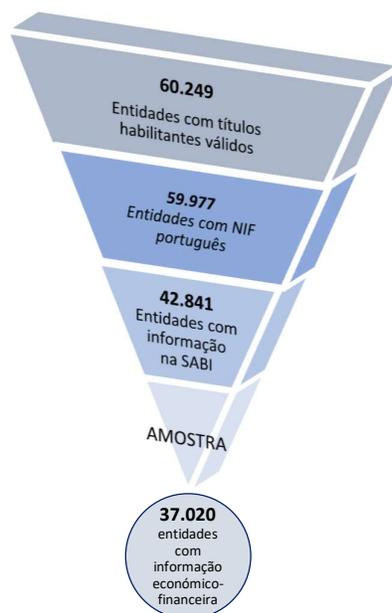
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



2.1.1 CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA

A constituição da amostra para o presente relatório foi efetuada conforme exposto no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA



Como referido anteriormente, neste relatório tomou-se em consideração o universo de 59.977 entidades com NIF português detentoras de títulos habilitantes válidos em 31.12.2023. Destas entidades, foi possível obter algum tipo de informação na Informa D&B, através da ferramenta de pesquisa SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos, relativamente a 42.841. Porém, em apenas 37.020 casos foi possível obter informação suficiente para proceder à análise económico-financeira das empresas, constituindo estes a base de trabalho para as análises efetuadas nos capítulos seguintes.

As 37.020 empresas constituintes da amostra representam 62% das empresas com NIF português e com títulos habilitantes válidos.

O Quadro 9 permite uma perspetiva da representatividade dos títulos habilitantes pertencentes às 37.020 empresas da amostra face ao universo de títulos habilitantes.

QUADRO 9 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO

Habilitação em Obras Públicas											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	6 800	7 113	1 775	1 653	1 330	418	185	53	90	19 417	23 871
Amostra	5 145	5 817	1 582	1 496	1 196	377	164	43	77	15 897	11 740
Representatividade	75,7%	81,8%	89,1%	90,5%	89,9%	90,2%	88,6%	81,1%	85,6%	81,9%	49,2%
Habilitação em Obras Particulares											
	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total Alvarás	Certificado
Títulos válidos	4 895	9 524	562	441	249	91	34	11	21	15 828	5 797
Amostra	2 821	6 480	451	351	201	69	27	7	10	10 417	2 387
Representatividade	57,6%	68,0%	80,2%	79,6%	80,7%	75,8%	79,4%	63,6%	47,6%	65,8%	41,2%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas com alvará de obras públicas, com exceção das empresas detentoras de alvará em classe 1, a representatividade da amostra foi superior a 81%.

No que diz respeito às empresas com alvará de obras particulares, com menor dimensão, a característica que também explica a menor representatividade conseguida com as empresas possuidoras de certificado, ainda assim apresentam valores superiores a 60%, com exceção das detentoras de alvará de classes 1 e 9.

2.2 DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Uma primeira análise aos dados destas empresas permite caracterizá-las quanto à dimensão. O Quadro 10 evidencia, a laranja, a dimensão dominante das empresas dentro de cada tipo de título habilitante. Verifica-se que a dimensão das empresas é tanto maior quanto mais alto é o título habilitante.

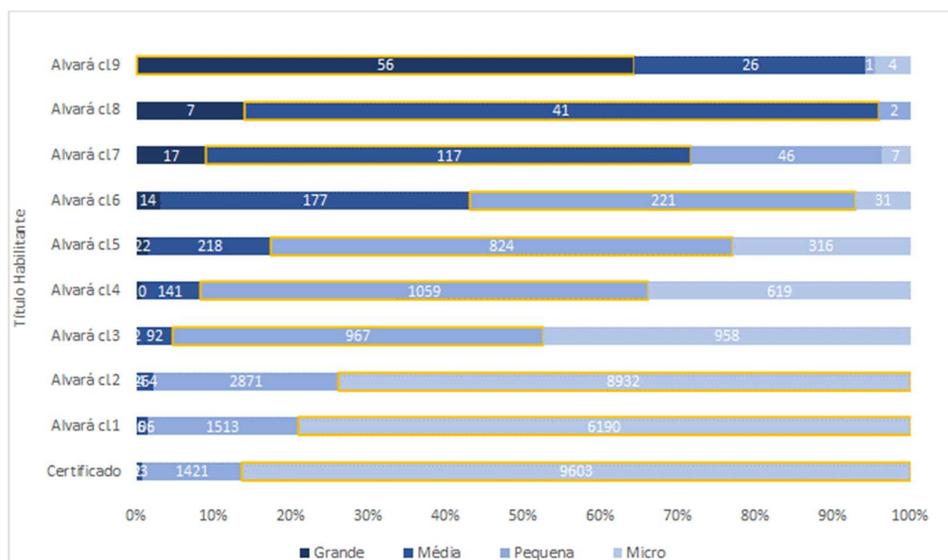
QUADRO 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO

Dimensão da Empresa	Título Habilitante									
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9
Grande	2	16	14	2	10	22	14	17	7	56
Média	93	106	264	92	141	218	177	117	41	26
Pequena	1421	1513	2871	967	1059	824	221	46	2	1
Micro	9603	6190	8932	958	619	316	31	7		4

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Gráfico 4 permite obter uma perspetiva do peso relativo de cada categoria dimensional das empresas por título habilitante.

GRÁFICO 4 – PESO RELATIVO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Neste gráfico pode verificar-se que as microempresas são dominantes nos certificados, onde representam 86,4% das empresas, tal como nas classes 1 e 2 de alvarás, onde têm um peso de, respetivamente, 79,1% e 73,9% das empresas.

Nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas, representando 54,2% das empresas. Nas classes 7 e 8, a predominância são as médias empresas, com uma representação de 66,7% da totalidade das empresas.

Finalmente, na classe de habilitações mais elevada (9), 64,4% das empresas são grandes empresas.

Nota ainda para o facto de, retirando o caso das empresas com alvará de classe 3 – e mesmo nessas, por muito pouco, a dimensão dominante é também maioritária, com valores sempre acima dos 50%.

Destaca-se a existência, dentro das grandes empresas, de 16 detentoras de alvará de classe 1, 2 detentoras de certificado de empreiteiro e, dentro das microempresas, 4 detentoras de alvará de classe 9.

Os dados permitem também fazer uma análise da dimensão e número das empresas em função do tipo de obra para a qual têm habilitação, conforme os Quadros 11 a 13.

QUADRO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS COM TÍTULOS HABILITANTES POR CLASSES E DIMENSÃO

Classe Máxima	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	16	106	1 513	6 190	7 825
2	14	264	2 871	8 932	12 081
3	2	92	967	958	2 019
4	10	141	1 059	619	1 829
5	22	218	824	316	1 380
6	14	177	221	31	443
7	17	117	46	7	187
8	7	41	2		50
9	56	26	1	4	87
Certificado	2	93	1 421	9 603	11 119
Total	160	1 275	8 925	26 660	37 020
	0,4%	3,4%	24,1%	72,0%	100,0%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando com a estrutura do tecido empresarial português já apresentada no Quadro 2, verifica-se que o peso das grandes empresas é um pouco superior (0,40% vs. 0,1%), enquanto para o conjunto das outras categorias é ligeiramente inferior (99,60% vs. 99,90%).

QUADRO 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR DIMENSÃO E TÍTULO HABILITANTE DE OBRAS PÚBLICAS

Classe de habilitações	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	14	83	1 170	3 783	5 050
2	12	186	1 852	3 773	5 823
3	2	81	853	688	1 624
4	9	136	945	428	1 518
5	22	209	752	217	1 200
6	14	168	187	15	384
7	16	114	40	1	171
8	6	37	1	0	44
9	54	26	1	2	83
Total	149	1 040	5 801	8 907	15 897
Certificado	9	44	428	542	1 023

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Conclui-se que, em 2023, 92,5% das 15.897 empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras públicas são microempresas ou pequenas empresas, representando cada grupo, respetivamente, 56,0% e 36,5% do total. As médias e as grandes empresas possuem uma pequena representação de 6,5% e 0,9%, respetivamente.

QUADRO 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR DIMENSÃO E TÍTULO HABILITANTE DE OBRAS PARTICULARES

Classe de habilitações	Grandes Empresas	Médias Empresas	Pequenas Empresas	Micro Empresas	Total
1	3	23	352	2 421	2 799
2	2	92	1 098	5 275	6 467
3		13	145	304	462
4	2	10	145	211	368
5		10	92	106	208
6		12	39	18	69
7	2	6	11	7	26
8	1	6	1		8
9	5	2		3	10
Total	15	174	1 883	8 345	10 417
Certificado	0	4	26	105	135

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente às empresas da amostra que são possuidoras de algum título habilitante em obras particulares, as microempresas e pequenas empresas dominam absolutamente o mercado, representando 98,2% deste, com as microempresas a representarem uns elevadíssimos 80,1%.

2.3 EMPREGABILIDADE DAS EMPRESAS

A análise aos dados das 37.020 empresas permite também caracterizá-las quanto à empregabilidade que proporcionam. Verifica-se que esta amostra, representante de 61,7% das empresas com NIF português e com pelo menos um título habilitante válido em 31.12.2023, declara ter ao seu serviço 485.964 trabalhadores.

O Quadro 14 indica o número médio de trabalhadores por empresa, em função da sua dimensão e do título habilitante que possui, assim como, na última coluna, o número médio de trabalhadores por empresa com alvará de construção, tendo em consideração a sua dimensão.

QUADRO 14 – MÉDIA DE TRABALHADORES, POR DIMENSÃO DA EMPRESA E TÍTULO HABILITANTE

Dimensão da Empresa	Título Habilitante										Todas
	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	
Grande	962	298	493	483	710	1155	823	345	567	701	673
Média	84	83	85	90	82	87	80	85	95	122	85
Pequena	17	17	18	20	21	22	25	27	32	24	19
Micro	3	4	4	5	4	5	5	5		4	4
Total	6	8	10	16	24	46	71	91	159	488	13

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Da análise dos dados, constata-se que o número médio de trabalhadores por empresa está diretamente relacionado com a dimensão da empresa e com a classe do título habilitante de que é detentora. Isto significa que quanto maior a empresa e mais elevado for o título habilitante, maior o número médio de trabalhadores.

2.4 REQUISITOS LEGAIS

A Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, determina que a capacidade económica e financeira das empresas de construção é avaliada através dos valores de Capital Próprio e de rácios relativos ao equilíbrio financeiro, mediante consulta à Informação Empresarial Simplificada (IES), tendo em conta os indicadores de Liquidez Geral e de Autonomia Financeira.

Assim, as empresas detentoras de alvará de construção, com contabilidade organizada, devem cumprir requisitos mínimos em função do valor do Capital Próprio, e dos indicadores de Liquidez Geral e Autonomia Financeira.

Nos três próximos pontos irá dar-se seguimento à análise da situação das 37.020 empresas da amostra quanto ao cumprimento destes indicadores assim como da tendência que apresentam entre os anos de 2020 e 2023. Dado o facto de estes indicadores constituírem, também, requisitos legais, a análise será mais pormenorizada, tendo em consideração o tipo de obra, a classe do título habilitante e, em alguns casos, a região (NUTS II) onde está constituída a empresa.

Nota para o facto de a análise feita de forma detalhada por tipo de título habilitante não corresponder no seu somatório ao número total de empresas em estudo. Esta situação ocorre pelo facto de uma empresa poder ser detentora de mais do que um título habilitante.

2.4.1 CAPITAL PRÓPRIO¹

O *Capital Próprio* é um conceito contabilístico que corresponde à situação líquida de uma empresa, isto é, à diferença entre os seus ativos (conjunto de todos os bens e direitos) e os seus passivos (obrigações financeiras perante terceiros), expressando o valor contabilístico da empresa.

Segundo o n.º 1 do artigo 11.º da Lei referida anteriormente, “*As empresas que pretendam realizar obras classificadas em classe superior à classe 2 devem demonstrar que o valor do*

¹ Capital Próprio = Total do Ativo – Total do Passivo

seu capital próprio é igual ou superior a 10 % do valor limite da maior das classes em que se enquadram as obras pretendidas, ou, no caso de alguma das obras pretendidas se enquadrar na classe mais elevada prevista na portaria referida no n.º 2 do artigo 6.º, que o referido valor é igual ou superior a 20 % do valor limite da classe anterior.”

As empresas têm, então, que cumprir mínimos de Capital Próprio conforme a classe de alvará requerida pela obra a realizar. O Quadro 15 identifica os valores mínimos e os incumprimentos detetados em 2023.

QUADRO 15 – VALORES MÍNIMOS DE CAPITAL PRÓPRIO E TAXA DE INCUMPRIMENTO

Classe máxima de habilitações	Valor mínimo de Capital Próprio (€)	Incumprimento	
		Nº	%
3	80 000 €	216	10,7%
4	160 000 €	184	10,1%
5	320 000 €	136	9,9%
6	640 000 €	29	6,5%
7	1 250 000 €	25	13,4%
8	1 900 000 €	3	6,0%
9	3 800 000 €	3	3,4%
Total		596	9,9%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Pode-se verificar que o número de empresas incumpridoras é decrescente à medida que a classe de alvará aumenta (com exceção da classe 7), obtendo-se, em termos gerais, uma taxa de 9,9% de incumprimento em relação ao conjunto das empresas detentoras de alvarás da classe 3 à classe 9.

Tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, será expectável que numa análise ao incumprimento do requisito por parte das empresas com alvará em obras públicas e em obras particulares, separadamente, se encontrem diferenças penalizadoras para estas últimas. Na realidade, é isso que se pode observar no Quadro 16, onde as empresas da amostra possuidoras de alvarás em obras particulares têm uma taxa de incumprimento de 15,7%, superior ao valor das empresas com alvarás em obras públicas (8,6%).

QUADRO 16 – INCUMPRIMENTO DO VALOR DE CAPITAL PRÓPRIO POR TIPO DE ALVARÁ

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	c/ Alvará de O. Públicas		c/ Alvará de O. Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	146	9,2%	70	15,5%
4	131	8,8%	55	15,7%
5	108	9,0%	28	13,9%
6	23	6,1%	7	10,1%
7	13	7,9%	12	44,4%
8	0	0,0%	2	28,6%
9	2	2,6%	1	10,0%
Total	423	8,6%	175	15,7%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

2.4.2 LIQUIDEZ GERAL²

O rácio de *Liquidez Geral* é um rácio financeiro que mede a capacidade de uma empresa fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo. É desejável que o rácio ultrapasse o valor de 100%, significando que a empresa tem ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto menor é o valor, maior é a vulnerabilidade da empresa.

Em 2023, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 75% dos casos analisados, uma Liquidez Geral superior a 122%.

QUADRO 17 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS DA AMOSTRA

Título Habilitante	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total	Tendência [2020-2023]
Nº de Empresas	11032	7787	12027	2017	1826	1380	443	187	50	87	36836	
Quartil Superior	440%	442%	348%	399%	381%	375%	290%	224%	200%	185%	396%	
Mediana	212%	217%	180%	210%	209%	205%	183%	166%	145%	137%	200%	
Quartil Inferior	120%	126%	112%	137%	142%	140%	136%	131%	122%	117%	122%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Os valores medianos mais baixos verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 9.

Tendo em consideração a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 18 mostra os valores

² Liquidez Geral = $\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$

de Liquidez Geral tendo em conta a região onde as empresas estão registadas, usando para o efeito a nomenclatura NUTS II.

QUADRO 18 – LIQUIDEZ GERAL POR REGIÕES (NUTS II)

Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total
Nº de Empresas	1075	2001	6506	12101	13830	812	511	36836
Quartil Superior	489%	417%	384%	454%	356%	404%	351%	396%
Mediana	209%	209%	204%	210%	190%	199%	184%	200%
Quartil Inferior	122%	117%	128%	120%	122%	120%	121%	122%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A partir do quadro anterior verifica-se que o Alentejo é a região que apresenta os valores mais elevados de Liquidez Geral, em contraponto com a região dos Açores, que exibe os valores mais baixos deste indicador.

Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes do Quadros 19 e 20.

QUADRO 19 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	5122	5801	1580	1494	1196	377	164	43	77	15854
Quartil Superior	470%	346%	389%	340%	340%	273%	223%	217%	174%	379%
Mediana	237%	191%	210%	200%	200%	179%	161%	165%	135%	204%
Quartil Inferior	138%	121%	138%	140%	141%	135%	131%	123%	117%	132%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

QUADRO 20 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PARTICULARES

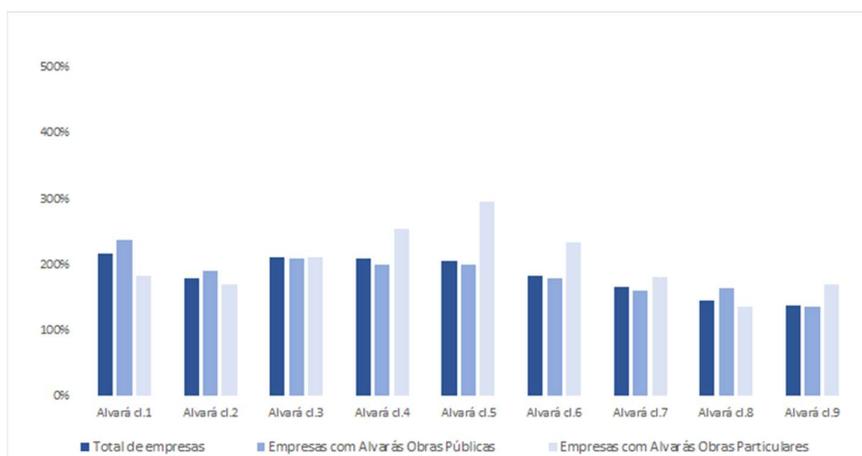
Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	2806	6442	451	349	201	69	27	7	10	10362
Quartil Superior	388%	348%	460%	553%	729%	514%	241%	144%	297%	375%
Mediana	183%	171%	210%	255%	295%	234%	181%	136%	171%	179%
Quartil Inferior	108%	104%	131%	152%	136%	140%	153%	111%	108%	109%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Nas empresas com títulos habilitantes de obras públicas, os valores mais baixos do indicador verificaram-se, maioritariamente, nas empresas de classe 9, que apresentaram um quartil inferior de 117%, uma mediana de 135% e um quartil superior de 174%.

Nas empresas com títulos habilitantes de obras particulares, verifica-se que são as empresas com título habilitante de classe 1, 2 e 9, as que apresentaram os valores mais baixos deste indicador.

GRÁFICO 5 – LIQUIDEZ GERAL (MEDIANA) POR TÍTULO HABILITANTE



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 21 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor mínimo desejável de Líquidez Geral de, pelo menos, 100%, em função do título habilitante.

QUADRO 21 – LIQUIDEZ GERAL DAS EMPRESAS, POR TÍTULO HABILITANTE

Classe máxima de habilitações	Nº de empresas			Empresas Incumpridoras %
	Amostra	Líquidez >= 100%	Líquidez < 100%	
3	2017	1846	171	8,5%
4	1826	1707	119	6,5%
5	1380	1293	87	6,3%
6	443	420	23	5,2%
7	187	178	9	4,8%
8	50	45	5	10,0%
9	87	83	4	4,6%
Total	5990	5572	418	7,0%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Assim, verifica-se que, das 5.990 empresas com classe igual ou superior a 3, com informação disponível quanto a este indicador, 418 (7,0%) possuem uma Líquidez Geral inferior a 100%. A percentagem de empresas nesta situação é superior à verificada no ano anterior (6,1%).

Também é possível ver que a percentagem de empresas incumpridoras do indicador decresce à medida que sobe a classe de alvará (com exceção da classe 8).

Do ponto de vista legal, apenas as empresas com classe de alvará superior a 2 estão obrigadas ao cumprimento de um rácio de *Liquidez Geral* de, pelo menos, 100%. O Quadro 21 indica que 418 de um total de 5.990 empresas com alvarás de classe 3 ou superior apresentam uma *Liquidez Geral* inferior a 100%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 7,0%. Interessa, pois, efetuar uma análise mais detalhada às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 22.

QUADRO 22 – INCUMPRIMENTO DO RÁCIO DE LIQUIDEZ GERAL

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	Com Alvará de Obras Públicas		Com Alvará de Obras Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	118	7,5%	53	11,8%
4	98	6,6%	24	6,9%
5	73	6,1%	14	7,0%
6	23	6,1%	1	1,4%
7	7	4,3%	2	7,4%
8	4	9,3%	1	14,3%
9	3	3,9%	1	10,0%
Total	326	6,6%	96	8,6%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Tomando em consideração o facto de já se ter estabelecido uma correlação entre a dimensão das empresas e a classe e tipo de alvará que possuem, o incumprimento do requisito de *Liquidez Geral* diminui à medida que a classe habilitante aumenta, com exceção da classes 8 e 9 de Alvarás de Obras Particulares, e da classe 8 de Alvarás de Obras Públicas.

2.4.3 AUTONOMIA FINANCEIRA³

O rácio de *Autonomia Financeira* indica a capacidade de uma empresa fazer face aos seus compromissos financeiros através dos seus capitais próprios. De uma forma geral, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa; quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade. Um valor aceitável para a generalidade das empresas situa-se entre os 30% e os 60%, apesar da exigência legal para obter um título habilitante do setor da construção ser menor.

³ $Autonomia\ Financeira = \frac{Capital\ Próprio}{Ativo\ Líquido}$

Em 2023, este requisito foi cumprido pela maioria das empresas, tendo sido apresentado, em 50% dos casos analisados, uma *Autonomia Financeira* superior a 38%.

QUADRO 23 – AUTONOMIA FINANCEIRA POR CLASSES

Título Habilitante	Certificado	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total	Tendência [2020-2023]
Nº de Empresas	11104	7822	12070	2019	1829	1380	443	187	50	87	36991	
Quartil Superior	65%	65%	55%	65%	63%	66%	63%	59%	58%	51%	62%	
Mediana	38%	41%	31%	44%	45%	47%	45%	44%	34%	36%	38%	
Quartil Inferior	13%	16%	10%	26%	28%	29%	30%	30%	27%	22%	15%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2023, no total das empresas da amostra, foram contabilizados índices de *Autonomia Financeira* de valor idêntico ao do ano anterior. Tal como em 2022, são as empresas das classes de alvará (3 a 6) que apresentam os melhores rácios. Os valores mais baixos verificaram-se nas empresas com alvarás de classe 2 e 9, com a primeira a apresentar o menor valor para o quartil inferior da amostra, 10%. Considerando a origem geográfica das empresas, é possível verificar se o comportamento do rácio é, ou não, uniforme a nível nacional. O Quadro 24 mostra os valores de *Autonomia Financeira* tendo em conta a região onde as empresas estão registadas.

QUADRO 24 – AUTONOMIA FINANCEIRA POR REGIÕES (NUTS II)

Título Habilitante	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Total
Nº de Empresas	1081	2011	6526	12178	13867	813	515	36991
Quartil Superior	65%	67%	63%	64%	58%	62%	63%	62%
Mediana	39,6%	42,6%	40,4%	37,7%	35,0%	40,0%	39,2%	38%
Quartil Inferior	15,0%	16,5%	18,3%	13,8%	14,6%	18,1%	16,3%	15%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Uma primeira análise aos valores apresentados por região permite observar que não se afastam significativamente dos valores nacionais.

As regiões do Alentejo e Algarve apresentam o valor mais elevado de *Autonomia Financeira* no quartil superior e as regiões do Algarve e Centro apresentam a mediana mais elevada. A região Centro apresenta o valor para o quartil inferior mais alto.

As regiões Norte e Área Metropolitana de Lisboa apresentam o pior valor para a mediana.

Interessa igualmente saber como este indicador se comporta, individualmente, para as empresas que têm alvará em obras públicas e em obras particulares. Assim sendo, obtiveram-se os valores constantes dos Quadros 25 e 26.

QUADRO 25 – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS

Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	5143	5814	1582	1496	1196	377	164	43	77	15892
Quartil Superior	68%	59%	66%	64%	66%	63%	58%	59%	49%	64%
Mediana	46%	36%	45%	45%	47%	45%	44%	37%	36%	42%
Quartil Inferior	23%	16%	27%	28%	30%	30%	30%	27%	23%	22%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

QUADRO 26 – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS EMPRESAS COM HABILITAÇÃO EM OBRAS PARTICULARES

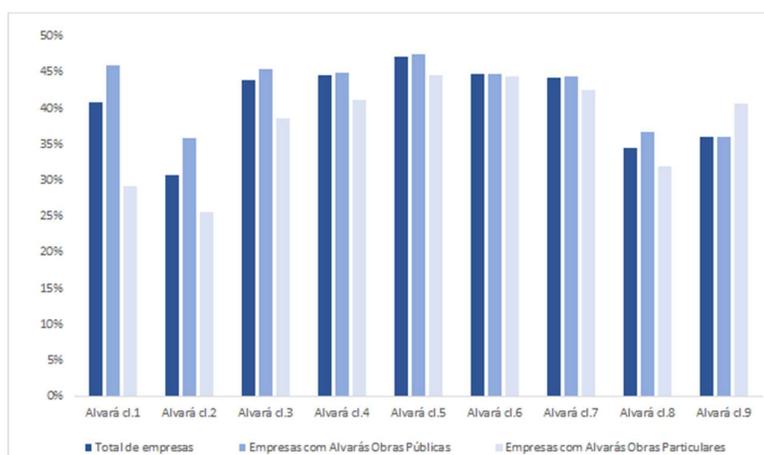
Título Habilitante	Alvará cl.1	Alvará cl.2	Alvará cl.3	Alvará cl.4	Alvará cl.5	Alvará cl.6	Alvará cl.7	Alvará cl.8	Alvará cl.9	Total
Nº de Empresas	2820	6472	451	351	201	69	27	7	10	10408
Quartil Superior	56%	52%	60%	63%	70%	65%	66%	48%	60%	54%
Mediana	29%	25%	38%	41%	45%	44%	43%	32%	41%	29%
Quartil Inferior	7%	6%	20%	25%	24%	27%	19%	9%	10%	7%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Os valores mais baixos para o quartil inferior verificaram-se nas empresas com alvarás de empreiteiro de obras particulares, de classe 1 e 2, que apresentaram um rácio de *Autonomia Financeira* entre 7% e 6%. No que diz respeito à mediana, o valor mais baixo aparece, novamente, junto das empresas detentoras de alvarás de empreiteiro de obras particulares de classe 1 e 2, com 29% e 25%, respetivamente. O quartil superior apresenta os valores mais baixos nas empresas detentoras de alvarás de empreiteiro de obras particulares de classe 7, com 48% e nas empresas detentoras de alvarás de obras públicas de classe 9, com 49%.

A comparação das empresas com alvará de obras públicas com as empresas com alvará de obras particulares está visualmente disponível no Gráfico 6. Ambas apresentam maior estabilidade financeira ao possuírem alvarás de classe 3 e superiores.

GRÁFICO 6 – AUTONOMIA FINANCEIRA (MEDIANA) POR TÍTULO HABILITANTE



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

A *Autonomia Financeira* é outro dos indicadores exigidos para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior à 2 que deve ser de, pelo menos, 5%, consoante o estipulado na Portaria nº 274/2011, de 26/09.

QUADRO 27 – AUTONOMIA FINANCEIRA DAS EMPRESAS, POR TÍTULO HABILITANTE

Classe máxima de habilitações	Nº de empresas			Empresas Incumpridoras %
	Amostra	Autonomia Financeira >= 5%	Autonomia Financeira < 5%	
3	2019	1922	97	4,8%
4	1829	1761	68	3,7%
5	1380	1336	44	3,2%
6	443	435	8	1,8%
7	187	179	8	4,3%
8	50	49	1	2,0%
9	87	85	2	2,3%
Total	5995	5767	228	3,8%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 27 permite uma análise das empresas que não conseguem apresentar um valor de *Autonomia Financeira* de, pelo menos, 5%, em função do título habilitante.

É entre as empresas com os títulos habilitantes dentro das classes 6, 8 e 9 que se verificam menos empresas incumpridoras. Esta percentagem é maior entre as empresas com classe 3 de alvará.

Interessa, pois, efetuar uma análise mais minuciosa às empresas, efetivamente, incumpridoras, por tipo de obra e habilitação, olhando para o Quadro 28.

QUADRO 28 – INCUMPRIMENTO DO RÁCIO DE AUTONOMIA FINANCEIRA

Classe de habilitações	Incumprimento das Empresas			
	Com Alvará de Obras Públicas		Com Alvará de Obras Particulares	
	Nº	%	Nº	%
3	62	3,9%	35	7,8%
4	50	3,3%	19	5,4%
5	33	2,8%	11	5,5%
6	6	1,6%	3	4,3%
7	3	1,8%	5	18,5%
8	0	0,0%	1	14,3%
9	1	1,3%	1	10,0%
Total	155	3,1%	75	6,7%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Nele, pode-se constatar que 155 de um total de 4.894 empresas com alvarás de obras públicas de classe 3 ou superior apresentam uma *Autonomia Financeira* inferior a 5%, o que se traduz numa taxa de incumprimento de 3,1%. Comparativamente com os dois tipos de obra, as empresas de obras públicas têm menores percentagens de incumprimentos nas classes 6, 7, 8 e 9, mas maiores percentagens nas classes 3, e 4.

2.5 OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

De forma a tornar mais sólida a análise da situação económico-financeira das empresas do setor da construção, foram calculados outros indicadores, para além dos legalmente monitorizados. Assim, no campo dos indicadores financeiros calcularam-se a *Liquidez Reduzida*, a *Cobertura do Ativo Não Corrente*, a *Solvabilidade*, o *Endividamento* e a *Estrutura do Endividamento*; no campo dos indicadores económicos, calcularam-se o *Resultado Líquido do Exercício*, a *Rentabilidade do Capital Próprio*, a *Rentabilidade do Ativo*, o *Volume de Negócios*, a *Rotação do Ativo*, a *Rentabilidade das Vendas* e a *Margem EBITDA*.

2.5.1 INDICADORES FINANCEIROS

Foram calculados 5 indicadores financeiros complementares, a saber:

- i. *Liquidez Reduzida*⁴ – Mede a capacidade da empresa de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos, mas de uma forma mais exigente do que no rácio de liquidez geral, ou seja, assumindo que as existências (stocks de matérias-primas e produtos intermédios e acabados) serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no balanço.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente*⁵ – Indica em que medida os investimentos são financiados por capitais estáveis (capitais próprios e passivo não corrente). Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 100%, isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente.
- iii. *Solvabilidade*⁶ – Traduz a capacidade de uma empresa satisfazer e assumir compromissos, a médio e longo prazo, por recurso à sua estrutura de capitais próprios. A gestão deste rácio é importante por forma a não colocar em causa a continuidade da empresa no médio/ longo prazo. A solvabilidade de uma empresa será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio; um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da empresa no futuro e é sinónimo de uma elevada fragilidade económico-financeira.

⁴ $Liquidez Reduzida = \frac{\text{Ativo Corrente} - \text{Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$

⁵ $Cobertura do Ativo Não Corrente = \frac{\text{Capital Próprio} + \text{Passivo Não Corrente}}{\text{Ativo Não Corrente}}$

⁶ $Solvabilidade = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Total do Passivo}}$

- iv. *Endividamento*⁷ – Mede a extensão com que a empresa utiliza capital alheio para financiar as suas atividades. Quando o grau de endividamento é muito elevado, ou seja, quando a empresa se endivida em excesso, arrisca-se a que os credores ganhem influência na gestão. Adicionalmente, os credores, apercebendo-se do maior nível de risco a que se expõem quando financiam a empresa, exigem taxas de juro mais elevadas e levantam mais obstáculos à concessão de crédito. Este indicador deve ser lido em conjunto com o seguinte, sendo que, quanto mais elevados, maior a gravidade da situação da empresa, pois a dependência de capitais alheios é tanto mais grave quanto mais de curto prazo sejam os compromissos.
- v. *Estrutura do Endividamento*⁸ – Traduz a parcela do passivo exigível a curto prazo relativamente ao endividamento total. Um valor elevado deste rácio indica maiores riscos de dificuldades de tesouraria para as empresas.

Todos os rácios apresentados no Quadro 29 e no Gráfico 7 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –, com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

QUADRO 29 – INDICADORES FINANCEIROS

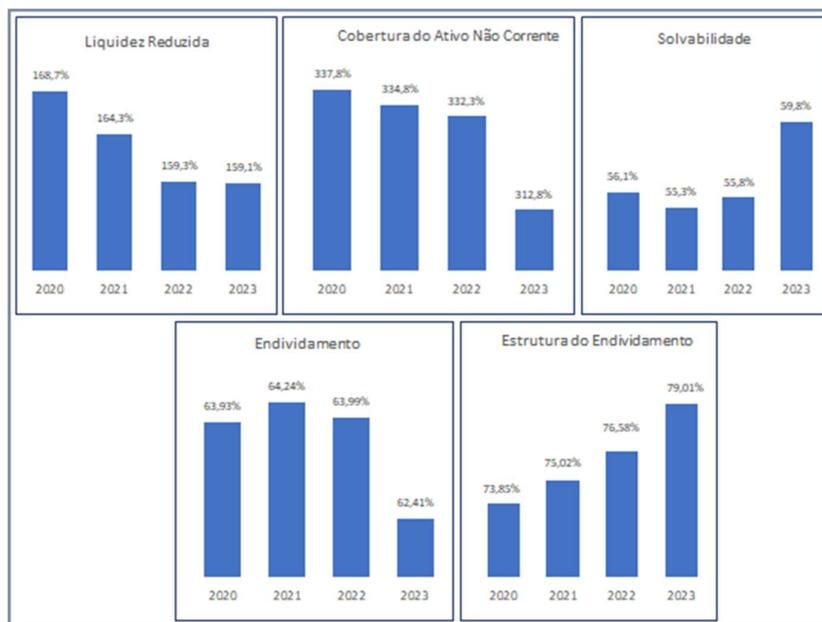
Indicadores Financeiros	Empresas com Alvarás de Obras Públicas		Empresas com Alvarás de Obras Particulares		Total de Empresas	
	Valor	Tendência [2020-2023]	Valor	Tendência [2020-2023]	Valor	Tendência [2020-2023]
Liquidez Reduzida	164,39%		136,29%		159,13%	
Cobertura do Ativo Não Corrente	332,34%		283,12%		312,76%	
Solvabilidade	72,10%		39,98%		59,81%	
Endividamento	58,01%		71,37%		62,41%	
Estrutura do Endividamento	80,49%		78,24%		79,01%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

⁷ Endividamento = $\frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Total do Ativo}}$

⁸ Estrutura do Endividamento = $\frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Total do Passivo}}$

GRÁFICO 7 – INDICADORES FINANCEIROS



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

De uma forma geral, os valores do Quadro 29 e do Gráfico 7 evidenciam alguns aspetos: primeiro, que o setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho; depois, que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, portanto, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares; por último, as tendências evolutivas dos indicadores mantiveram-se no sentido positivo, no entanto, no último ano observou-se uma inversão no resultado de alguns indicadores.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 29 e do Gráfico 7 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Liquidez Reduzida* – O valor de referência é 1, ou 100%. Neste caso, a mediana das empresas do setor apresenta um valor mais de 50% superior ao valor de referência, sinónimo de que a maioria das empresas possui a capacidade de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo com liquidez proveniente dos seus ativos líquidos.
- ii. *Cobertura do Ativo Não Corrente* – Este rácio, conhecido por regra do equilíbrio financeiro mínimo, deve ser igual ou superior a 1 (ou 100%), isto é, os capitais próprios e o passivo não corrente devem, no mínimo, ser iguais ao montante do ativo não corrente. Também neste caso, a maioria das empresas do setor apresenta

excelentes resultados. Os elevados valores deste indicador em 2023, à semelhança dos anos anteriores, revelam que, de uma forma geral, os investimentos das empresas do setor são suportados por um financiamento de médio e longo prazo, à partida mais adequado à recuperação desse mesmo investimento.

- iii. *Solvabilidade* – O valor obtido neste rácio deve ser lido em conjunto com os rácios de *Endividamento* e de *Autonomia Financeira*. Todos eles pretendem aferir da vulnerabilidade das empresas. Também este rácio tem o valor de 1 (ou 100%) como referência. Um valor superior significa que o património da empresa é suficiente para cobrir todas as suas dívidas, enquanto um valor inferior significa que a empresa não tem meios próprios para satisfazer toda a sua dívida. Ora, na nossa amostra verifica-se que cerca de 50% das empresas têm uma solvabilidade superior a 59,8%, valor superior ao verificado nos últimos anos, não se aproxima da referência e que mostra que, no setor, existe dependência do crédito de modo a fazer face aos compromissos.
- iv. *Endividamento* – Neste rácio, quanto menor o valor obtido, melhor a situação financeira das empresas; quanto maior o valor, mais arriscada esta se torna. O valor apurado significa que a maioria das empresas de construção financia-se em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, faltando, portanto, capacidade e dimensão financeira às empresas. Ver também as conclusões indissociáveis dos rácios de *Solvabilidade* e de *Autonomia Financeira*.
- v. *Estrutura do Endividamento* – O valor deve ser o mais baixo possível. No ano de 2023, a maioria das empresas do setor continua a ter uma elevada percentagem de passivos de curto prazo. No entanto, face aos excelentes valores apurados de *Liquidez Reduzida*, a situação não parece ser preocupante.

Nota ainda para o facto de, principalmente no caso dos rácios de *Solvabilidade* e de *Endividamento*, ser importante saber quais os valores de referência para o setor, pois existem especificidades setoriais que levam a que estes rácios tenham valores médios muito distintos. Posteriormente, caberá a cada empresa fazer a sua análise comparativa, de forma a conseguir situar-se relativamente à performance setorial.

Para o ano 2023, o INE divulgou os valores da *Solvabilidade* (52%) (ver Quadro 3) e do *Endividamento* (66%) das empresas pertencentes à Secção F – construção. O primeiro rácio apresenta uma evolução com algumas oscilações, mas tendência crescente. O segundo, um decréscimo nos últimos anos. As empresas constituintes da amostra que está a ser analisada apresentaram, respetivamente, rácios de 59,8% e 62,4% (valores considerados a partir da mediana).

Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores financeiros. O Quadro 30 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

QUADRO 30 – INDICADORES FINANCEIROS, POR REGIÕES (NUTS II)

Indicadores Financeiros	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
Liquidez Reduzida	160,84%	155,62%	159,69%	165,41%	155,34%	164,51%	136,20%	159,13%
Cobertura do Ativo Não Corrente	292,41%	300,30%	295,90%	337,17%	311,86%	324,70%	252,89%	312,76%
Solvabilidade	65,04%	73,18%	67,55%	60,01%	53,79%	65,85%	64,38%	59,81%
Endividamento	60,38%	57,42%	59,64%	62,29%	64,96%	60,04%	60,78%	62,41%
Estrutura do Endividamento	77,01%	85,33%	77,76%	81,35%	76,97%	86,70%	76,87%	79,01%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O Quadro 30 permite concluir que o setor é relativamente homogéneo em Portugal continental, existindo, no entanto, alguns afastamentos mais significativos face à média nacional dos indicadores, que não deixam de ser pontuais.

A Área Metropolitana de Lisboa e a região Autónoma da Madeira, são as regiões que de uma forma global apresentam melhores resultados face à média nacional.

2.5.2 INDICADORES ECONÓMICOS

Foram ainda calculados 7 indicadores económicos complementares, a saber:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – O valor traduz a diferença entre todos os proveitos obtidos pela empresa e todos os custos por ela suportados, durante um determinado exercício económico.
- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio*⁹ – Também conhecido por ROE (*Return on Equity*). O indicador reflete a rentabilidade dos recursos investidos pelos sócios ou acionistas da empresa e, em sequência, a capacidade de sobrevivência financeira da empresa a longo prazo e a potencialidade de atrair mais capitais próprios e alheios.
- iii. *Rentabilidade do Ativo*¹⁰ – O rácio transmite a eficiência da aplicação dos ativos e a capacidade de estes gerarem resultados. Representa uma medida de avaliação da rentabilidade dos capitais totais investidos na empresa, independentemente se provêm de capitais próprios ou capitais alheios.

⁹ Rentabilidade do Capital Próprio = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$

¹⁰ Rentabilidade do Ativo = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Total do Ativo}}$

- iv. *Volume de Negócios* – É o valor das vendas de cada empresa. Será também utilizado para destacar as 20 maiores empresas detentoras de pelo menos um título habilitante de construção (sejam ou não empresas do setor), as quais serão alvo de uma análise mais pormenorizada.
- v. *Rotação do Ativo*¹¹ – O rácio traduz o grau de eficiência operacional na utilização dos ativos de uma empresa. Por outras palavras, indica o número de vezes em que as vendas de um determinado período superam o montante dos recursos investidos.
- vi. *Rentabilidade das Vendas*¹² – O rácio expressa a percentagem do volume de negócios que consiste em resultado líquido, sendo um indicador que traduz a rentabilidade das empresas.
- vii. *Margem EBITDA*¹³ – EBITDA é um acrónimo de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou, em português, Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. É, por outras palavras, o Cash-Flow Operacional. Por eliminar os efeitos dos financiamentos e das decisões meramente contabilísticas, a sua utilização pode fornecer uma boa análise comparativa, pois mede a produtividade e a eficiência do negócio. A Margem EBITDA, aqui utilizada, é uma medida da rentabilidade da empresa, mas também da capacidade da empresa em gerar fluxos de caixa (cash-flows) a partir da atividade operacional, sendo um indicador de eficiência, que traduz a capacidade das empresas gerarem lucros a partir do seu negócio.

Todos os números apresentados no Quadro 31 e no Gráfico 9 têm por base os valores apurados para a totalidade das empresas da amostra de cada ano – não necessariamente as mesmas empresas –, com títulos habilitantes em cada tipo de obra e com informação financeira disponível que permita calcular cada um dos indicadores. O valor é retirado do quartil mediano, o que significa que pelo menos 50% das empresas atingem o valor apresentado.

¹¹ Rotação do Ativo = $\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Total do Ativo}}$

¹² Rentabilidade das Vendas = $\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$

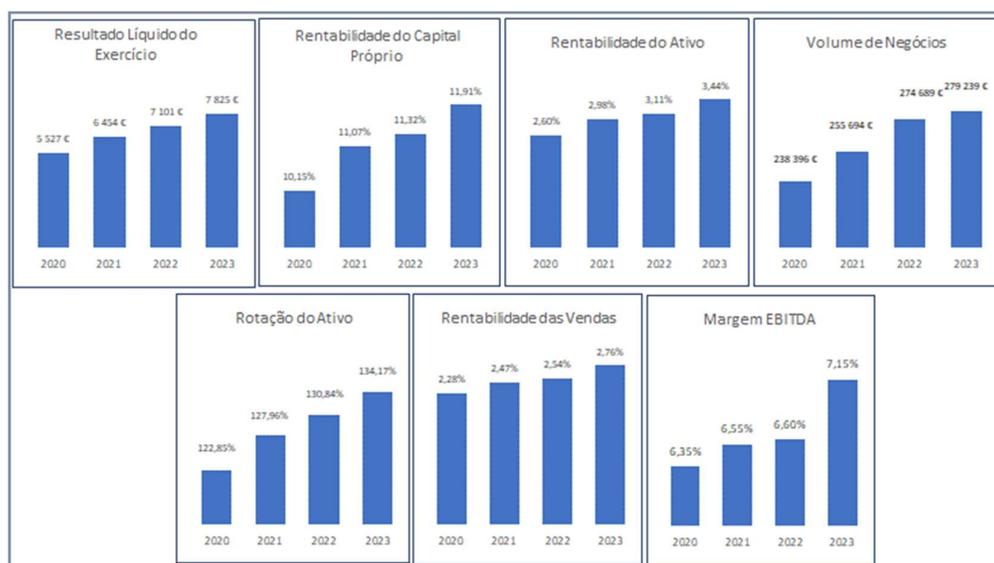
¹³ Margem EBITDA = $\frac{\text{EBITDA}}{\text{Volume de Negócios}}$

QUADRO 31 – INDICADORES ECONÓMICOS

Indicadores Económicos	Empresas com Alvarás de Obras Públicas		Empresas com Alvarás de Obras Particulares		Total de Empresas	
	Valor	Tendência [2020-2023]	Valor	Tendência [2020-2023]	Valor	Tendência [2020-2023]
Resultado Líquido do Exercício	14 775 €		5 642 €		7 825 €	
Rentabilidade do Capital Próprio	9,88%		15,91%		11,91%	
Rentabilidade do Ativo	3,39%		3,12%		3,44%	
Volume de Negócios	522 229 €		228 288 €		279 239 €	
Rotação do Ativo	120,61%		151,36%		134,17%	
Rentabilidade das Vendas	2,94%		2,41%		2,76%	
Margem EBITDA	7,48%		6,34%		7,15%	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

GRÁFICO 8 – INDICADORES ECONÓMICOS



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em 2023 verificou-se, na generalidade, uma recuperação no valor dos indicadores económicos das empresas com títulos habilitantes de construção.

De uma forma mais pormenorizada, os resultados do Quadro 31 e do Gráfico 8 podem ser interpretados da seguinte forma:

- i. *Resultado Líquido do Exercício* – Sendo um número efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rentabilidade do Capital Próprio*, da *Rentabilidade do Ativo* e da *Rentabilidade das Vendas*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, quer as empresas com habilitações em obras públicas, quer as empresas com habilitações em obras particulares, demonstraram uma evolução positiva desde

2020. Interessante é, também, fazer uma análise do número de empresas que apresentam resultados negativos, por título habilitante (Quadro 32) e do número de empresas por escalões de resultados (Quadro 33).

QUADRO 32 – NÚMERO DE EMPRESAS COM RESULTADO LÍQUIDO NEGATIVO

Classe Máxima	Nº de Empresas com RL < 0				Tendência [2020-2023]
	2020	2021	2022	2023	
Certificado	2436	2140	2366	2449	
1	1661	1542	1580	1593	
2	2295	2228	2552	2627	
3	335	272	266	269	
4	228	239	240	211	
5	184	152	180	166	
6	50	40	39	41	
7	20	16	19	20	
8	5	3	6	4	
9	14	15	12	13	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O número de empresas com *Resultado Líquido do Exercício* negativo tem apresentado alguma oscilação nos últimos anos. Em 2021 este indicador recuou 5,95% face ao ano anterior, e em 2022 aumentou 8,59%, igualmente face ao ano anterior e cerca de 2% comparativamente a 2020. Em 2023, o número de empresas com *Resultado Líquido do Exercício* negativo cresceu cerca de 1% face ao ano anterior.

QUADRO 33 – NÚMERO DE EMPRESAS POR ESCALÕES DE RESULTADO LÍQUIDO

Escalação de Resultado Líquido	Nº de Empresas				Tendência [2020-2023]
	2020	2021	2022	2023	
>= 10.000.000	18	17	22	28	
[1.000.000 - 10.000.000[282	305	394	481	
[100.000 - 1.000.000[2421	2779	3338	3838	
[10.000 - 100.000[9712	10833	12148	12656	
[0 - 10.000[11216	12117	12818	12624	
[-10.000 - 0[2996	2862	3046	3166	
[-100.000 - -10.000[3638	3317	3679	3647	
[-1.000.000 - -100.000[548	428	497	540	
[-10.000.000 - -1.000.000[41	35	32	37	
< -10.000.000	5	5	6	3	
Total	30877	32698	35980	37020	

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

- A linha vermelha do quadro anterior marca a divisão entre resultados positivos e negativos. Claramente, as empresas com resultados negativos são em menor número.
- ii. *Rentabilidade do Capital Próprio* – Este indicador não tem um valor de referência. É um indicador que pode ser usado a título comparativo com outros negócios ou com os valores obtidos em anos anteriores, e que permite saber se o capital investido está a ter uma rentabilidade adequada ou esperada. Não obstante, não deixa de ser um dos mais importantes rácios de análise, em que, quanto maior o valor, maior a eficiência da empresa a gerar lucros. Perante os dados apresentados no Quadro 31, pode-se concluir que as empresas com títulos habilitantes de obras públicas, apesar de continuarem a apresentar menor eficiência do que as empresas com títulos habilitantes de obras particulares, têm vindo a aumentá-la gradualmente, tendo subido desde 2020, 1,6pp. Neste último ano observou um acréscimo face ao ano anterior. Para as empresas com títulos habilitantes de obras particulares, este indicador observou um decréscimo face a 2022.
 - iii. *Rentabilidade do Ativo* – Também conhecido por ROA (*Return on Assets*), este rácio também não tem um valor de referência. A forma de leitura é semelhante ao indicador anterior, sendo tanto melhor quanto maior for a percentagem obtida. Da leitura do Quadro 31, constata-se um decréscimo do indicador em 2020, quer nas empresas com habilitação a realizar obras públicas, quer naquelas com habilitação a realizar obras particulares, e uma recuperação em 2021 que se manteve em 2022 e 2023. Apesar da rentabilidade continuar a ser baixa em comparação com outros investimentos, a visualização do comportamento do setor fornecida pelo Gráfico 8 mostra claramente o sentido ascendente do rácio nos últimos anos, o que é extremamente positivo, tendo em conta a crise económica que Portugal atravessou e que afetou sobremaneira o investimento em obras públicas e particulares.
 - iv. *Volume de Negócios* – Sendo, tal como o *Resultado Líquido do Exercício*, um valor efetivo e não um rácio, não se pode estabelecer um valor de referência para as empresas. Pode, isso sim, para além da sua utilização para calcular os rácios da *Rotação do Ativo*, da *Rentabilidade das Vendas* e da *Margem EBITDA*, ser feita a sua monitorização numa perspetiva histórica, não só de cada empresa, mas também do setor. E, neste aspeto, as empresas com habilitações em obras públicas e em obras particulares mantêm uma tendência crescente, com o ano 2023 a observar um crescimento de 7,2% comparativamente ao ano anterior.
 - v. *Rotação do Ativo* – Também este rácio não tem um valor de referência, devendo fazer-se uma comparação de como o valor está a evoluir anualmente. Tendo por princípio de que quanto maior o valor do rácio, maior é a eficiência com que a empresa está a otimizar os recursos e a capacidade instalada, a análise do Quadro 31 mostra que

neste aspeto as empresas com habilitação em obras particulares são mais eficientes do que as empresas com habilitação em obras públicas.

- vi. *Rentabilidade das Vendas* – Este rácio segue o padrão dos anteriores rácios de rentabilidade e a sua leitura deve ser efetuada de forma semelhante. Com ele, ficamos a saber qual é a margem total das vendas após os efeitos fiscais, financeiros e de exploração da empresa. Os dados disponibilizados no Quadro 31 demonstram um comportamento semelhante das empresas com habilitações de construção, quer seja em obras públicas, quer em obras particulares. A evolução tem sido positiva, passando de 1,88% em 2016 para 2,76% em 2023. No entanto, este valor continua a ser extremamente baixo.
- vii. *Margem EBITDA* – Também este é um indicador sem um valor de referência, sendo certo que, quanto mais elevado, mais eficiente é a empresa ou o setor. Há que ter algum cuidado com a utilização deste rácio para avaliar as empresas com um endividamento muito elevado, pois ele não tem em linha de conta o custo do pagamento de juros. Portanto, com a devida ressalva, até porque o rácio de *Endividamento* das empresas alvo desta amostra resultou na conclusão de que a maioria dessas empresas se financia em cerca de $\frac{2}{3}$ com capitais alheios, não deixa de ser positivo que a *Margem EBITDA* venha a apresentar uma tendência de melhoria nos últimos anos, atingindo em 2023, 7,15%.

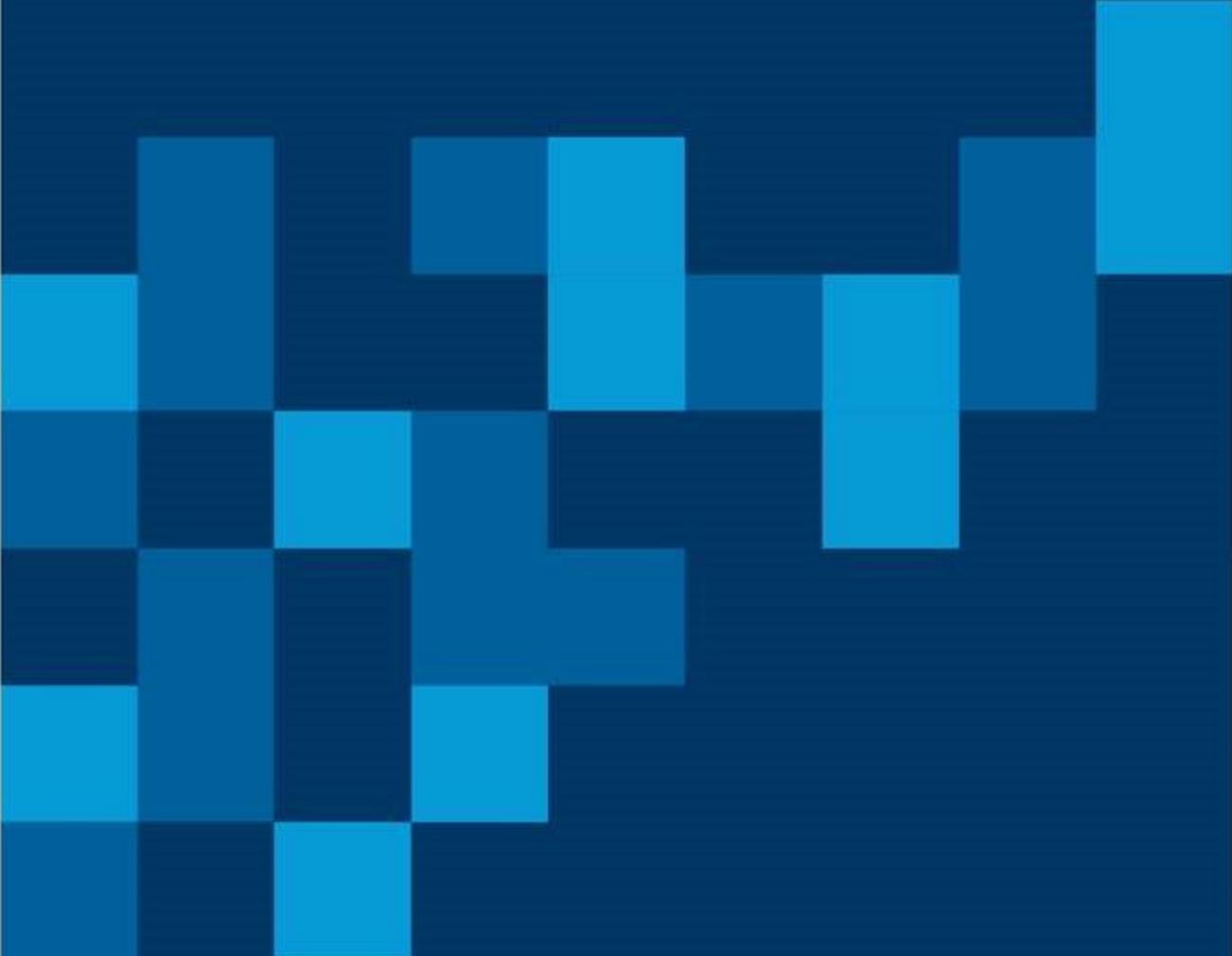
Importa também questionar se são detetáveis variações regionais significativas face aos resultados nacionais dos indicadores económicos. O Quadro 34 exhibe os resultados obtidos por cada uma das NUTS II.

QUADRO 34 – INDICADORES ECONÓMICOS, POR REGIÕES (NUTS II)

Indicadores Económicos	Alentejo	Algarve	Centro	AM Lisboa	Norte	Madeira	Açores	Portugal
Resultado Líquido do Exercício	10 089 €	11 144 €	7 874 €	7 972 €	6 956 €	12 053 €	15 180 €	7 825 €
Rentabilidade do Capital Próprio	12,75%	15,22%	10,76%	12,17%	11,65%	14,85%	13,91%	11,91%
Rentabilidade do Ativo	3,54%	4,85%	3,49%	3,32%	3,28%	4,18%	4,55%	3,44%
Volume de Negócios	255 084 €	314 286 €	259 785 €	274 386 €	285 336 €	293 251 €	370 351 €	279 239 €
Rotação do Ativo	121,06%	146,69%	121,52%	136,43%	139,33%	126,54%	116,66%	134,17%
Rentabilidade das Vendas	3,20%	3,64%	3,07%	2,74%	2,44%	3,59%	3,83%	2,76%
Margem EBITDA	8,71%	8,36%	7,97%	7,07%	6,58%	7,53%	8,55%	7,15%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Da análise do Quadro 34 não se pode evitar a conclusão de que o setor é relativamente homogéneo. Existem alguns afastamentos regionais mais significativos, evidentes pela negativa, na Região Norte (Resultado líquido e Rentabilidade das vendas).



3. As 20 Maiores Empresas em Portugal com Atividade no Setor da Construção em 2023

3. AS 20 MAIORES EMPRESAS EM PORTUGAL COM ATIVIDADE NO SECTOR DA CONSTRUÇÃO EM 2023

Do conjunto das 37.020 empresas com títulos habilitantes para exercerem atividade no setor da construção para as quais temos informação financeira, foram apuradas as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* contabilizado em 2023 (TOP20).

QUADRO 35 – TOP 20 EM VOLUME DE NEGÓCIOS

		Empresa	Classe Máxima	Volume de Negócios		% Var. 2023/2022
				2022	2023	
1	→	PETROGAL, S.A.	6	14 864 569 665 €	11 969 440 866 €	-19,48%
2	→	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	8	3 559 012 000 €	3 189 982 000 €	-10,37%
3	↑	MOTA-ENGIL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ÁFRICA, S.A.	9	638 137 737 €	751 234 949 €	17,72%
4	↓	MOTA-ENGIL- ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	9	356 987 448 €	457 781 439 €	28,23%
5	↑	SIEMENS, S.A.	9	291 631 083 €	382 009 233 €	30,99%
6	↓	TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	407 537 159 €	339 252 280 €	-16,76%
7	↑	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	9	266 148 880 €	331 991 568 €	24,74%
8	↑	CASAIS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	9	172 289 336 €	256 713 879 €	49,00%
9	↑	METALOGALVA - IRMÃOS SILVAS, S.A.	7	195 372 089 €	210 935 687 €	7,97%
10	↑	CABELTE - CABOS ELÉCTRICOS E TELEFÓNICOS, S.A.	1	187 977 581 €	210 190 808 €	11,82%
11	↑	AFAVIAS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	9	171 300 283 €	192 511 254 €	12,38%
12	☆	BENTO PEDROSO CONSTRUÇÕES, S.A.	9	140 755 725 €	192 390 190 €	36,68%
13	↑	ALBERTO COUTO ALVES, S.A.	9	157 085 810 €	183 547 820 €	16,85%
14	↓	ALVES RIBEIRO, S.A.	9	202 401 019 €	174 908 232 €	-13,58%
15	☆	C.M.E. - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELECTROMECAÂNICA, S.A.	9	124 257 114 €	174 176 808 €	40,17%
16	↓	GALP MADEIRA, UNIPessoal, LDA	2	178 946 540 €	168 628 087 €	-5,77%
17	↓	CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.	9	202 141 846 €	168 081 164 €	-16,85%
18	↓	HUAWEI TECH.PORTUGAL - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	1	172 277 242 €	167 862 633 €	-2,56%
19	↓	ERICSSON - TELECOMUNICAÇÕES, LDA	7	167 594 488 €	158 283 961 €	-5,56%
20	→	SOLIDAL - CONDUTORES ELÉCTRICOS, S.A.	6	154 886 152 €	156 885 645 €	1,29%
Total				22 611 309 199 €	19 836 808 503 €	-12,27%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

O grupo das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* (0,05% das 37.020 empresas analisadas) é constituído exclusivamente por empresas com alvará de construção em obras públicas: 12 empresas com alvará de classe 9, 1 com 8, 2 empresas de classe 7, 2 com 6, 1 com 2 e 2 empresas de classe 1.

No total, estas 20 empresas registaram um valor de *Volume de Negócios* de 19.836.808.530€, cerca de 12,27% inferior ao que estas mesmas empresas tinham apurado no ano anterior.

Em termos globais, o *Volume de Negócios* registado pelas 37.020 empresas analisadas em 2023 foi de 62.508.477.246 €, 1,15% inferior ao apurado em 2022, ano em que as empresas então analisadas registaram um valor de 63.234.807.740 €.

No topo da lista das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* destaca-se a Petrogal, S.A., que manteve a posição neste *ranking*. No corrente ano, passaram ainda a fazer parte deste grupo as empresas Bento Pedroso Construções, S.A., e a C.M.E. – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A.

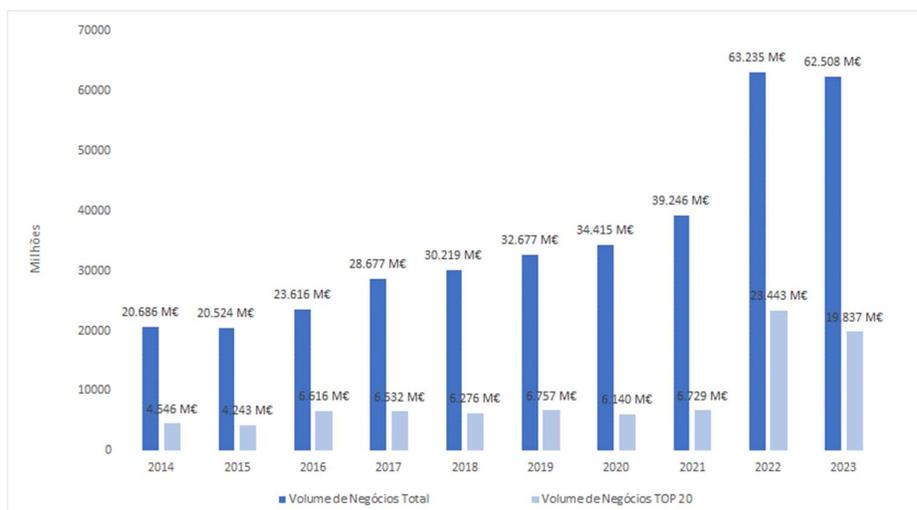
No TOP 20, a empresa com a data de constituição mais antiga – 1921 – é a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., da Região da Área Metropolitana de Lisboa e a mais recente – 2012 – é a MOTA-ENGIL – Engenharia e Construção África, S.A., da Região Norte.

No que respeita à distribuição geográfica por NUT II, no TOP 20 existem 9 empresas da região Norte, 9 empresas na região da Área Metropolitana de Lisboa e 2 empresa na Região Autónoma da Madeira. De referir, também, que 17 empresas assumem a forma jurídica de sociedades anónimas, 2 empresas de sociedades por quotas e 1 empresa de sociedade unipessoal por quotas.

As 37.020 empresas declararam um total de 485.964 mpregados. As empresas do TOP 20 declararam 27.887 empregados, o que representa 5,7% do total de empregados declarado pelas empresas da amostra.

O valor do *Volume de Negócios* das empresas do TOP 20 representa cerca de 31,7 % do total do valor do *Volume de Negócios* das empresas da amostra, valor inferior ao observado em 2022.

GRÁFICO 9 – PESO DO TOP 20 EM TERMOS DE VOLUME DE NEGÓCIOS



Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Em termos de evolução anual do *Volume de Negócios* entre 2014 e 2023, visível no Gráfico 9, verificou-se um ligeiro decréscimo em 2015. Desde 2016 que se tem verificado uma recuperação do indicador, sendo que em o ano 2022 alcançou o valor mais elevado, observando um recuo em 2023.

A evolução do peso relativo do volume de negócios das 20 maiores empresas apresentou decréscimo desde 2013 até 2015 oscilando entre os 20,7% e os 23,9%. O ano de 2016 foi o que apresentou uma variação positiva em relação ao ano anterior, de 7 pp. Até 2021, o peso relativo do volume de negócios das 20 maiores empresas foi decrescendo anualmente, tendo atingido, neste ano, o valor mais baixo dos últimos anos, 17,1%. Em 2022 o valor deste indicador registou um crescimento atingindo 37,1%, alcançando o valor mais elevado dos últimos anos. Em 2023 verificou um recuo para um valor de 31,7%.

Tendo em vista a análise deste subgrupo, foram apurados os indicadores económicos e financeiros das 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*.

QUADRO 36 – INDICADORES FINANCEIROS DAS TOP 20

Indicadores Financeiros	TOP 20	Amostra
Liquidez Geral	136,02% -	199,83%
Autonomia Financeira	31,12% -	37,59%
Liquidez Reduzida	122,22% -	159,13%
Cobertura do Ativo Não Corrente	166,13% -	312,76%
Solvabilidade	45,23% -	59,81%
Endividamento	68,88% -	62,41%
Estrutura do Endividamento	80,55% -	79,01%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Comparando as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios* com o total das empresas analisadas, verifica-se que as primeiras apresentam pior situação financeira no conjunto de indicadores.

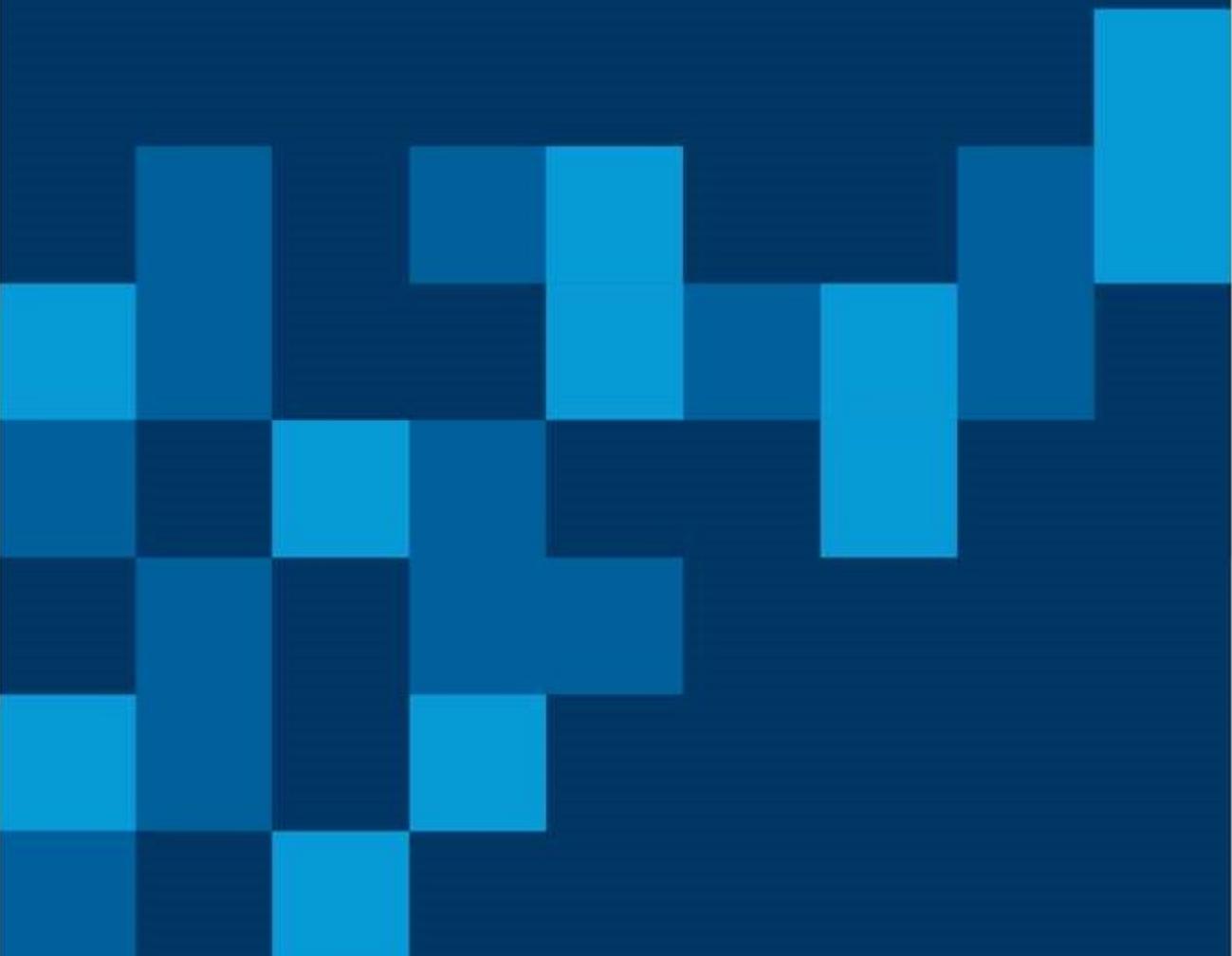
QUADRO 37 – INDICADORES ECONÓMICOS DAS TOP 20

Indicadores Económicos	TOP 20	Amostra
Resultado Líquido do Exercício	16 151 538 € +	7 825 €
Rentabilidade do Capital Próprio	17,40% +	11,91%
Rentabilidade do Ativo	6,87% +	3,44%
Volume de Negócios	201 351 031 € -	279 239 €
Rotação do Ativo	99,67% -	134,17%
Rentabilidade das Vendas	4,47% +	2,76%
Margem EBITDA	8,37% +	7,15%

Fonte: IMPIC/ INFORMA D&B

Relativamente aos indicadores económicos, verifica-se que, as 20 maiores empresas em termos de *Volume de Negócios*, em comparação com o total das empresas analisadas, apresentam piores resultados relativamente à *Rotação do Ativo* e *Volume de Negócios*.

Comparativamente a 2022, os resultados do TOP 20 verificaram um aumento de 1,3% no *Volume de Negócios*. Os rácios *Rentabilidade do Capital Próprio*, *Rentabilidade do Ativo*, *Rentabilidade das Vendas* e *Margem EBITDA*, apresentam em 2023 valores superiores comparativamente ao ano anterior.



4. Comparação com os Indicadores de Outros Países Europeus

4. COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE OUTROS PAÍSES

EUROPEUS

Com o objetivo de se elaborar uma análise comparativa da situação económico-financeira das empresas do sector da construção com as suas congéneres europeias, apresenta-se um conjunto de rácios obtidos a partir dos dados disponíveis na base de dados *Bank for the Accounts of Companies Harmonized – BACH*, disponibilizada pelo *Banque de France*.

Os dados correspondem ao valor do quartil mediano da totalidade das empresas registadas no sector da construção de cada país, isto é, abrangem todas as empresas com um CAE referente à atividade de construção, independentemente de serem ou não titulares de um alvará de construção.

A análise desses dados permite identificar as diferenças do sector da construção dos diversos países numa ótica de Gestão Financeira. No entanto, deve ter-se em conta que os valores apresentados correspondem a amostras com níveis de representatividade muito distintos para cada país. O Quadro 38 mostra as diferentes representatividades da amostra face ao universo empresarial com CAE do sector da construção, quer em termos de número de empresas, quer em termos de volume de negócio dessas empresas.

QUADRO 38 – REPRESENTATIVIDADE DA AMOSTRA POR PAÍS

País	Número de Empresas	Volume de Negócios
Alemanha	5,9%	34,6%
Espanha	31,6%	n.d.
França	28,3%	82,4%
Itália	100,0%	100,0%
Polónia	n.d.	n.d.
Portugal	100,0%	100,0%

Fonte: BACH/ Banque de France
Nota: Alemanha – Valores de 2022.

É possível verificar que Portugal e Itália têm as empresas com CAE do setor completamente representadas. França e Espanha têm entre 28% e 31%. No caso de França, verifica-se que estes agentes económicos representam cerca de 82% do volume de negócios do setor. No caso da Alemanha, as apenas 6% de empresas representadas valem 34,6% do volume de negócios.

Os dados disponíveis permitiram elaborar o Quadro 39, que apresenta os valores do último ano disponível, assim como a tendência observada no período 2020 – 2023.

QUADRO 39 – VALORES MEDIANOS DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS

País	Solvabilidade	Endividamento	Rentabilidade do Capital Próprio	Rotação do Ativo	Rentabilidade das Vendas	Margem EBITDA
Alemanha	37,26%	75,30%	19,64%	149,15%	3,48%	7,43%
Espanha	101,24%	55,87%	8,95%	121,30%	2,93%	6,13%
França	64,91%	61,90%	17,25%	183,67%	3,34%	6,35%
Itália	44,44%	70,63%	16,80%	108,57%	4,33%	10,74%
Polónia	128,12%	45,94%	23,57%	190,41%	5,84%	9,14%
Portugal	93,91%	64,05%	7,53%	103,59%	2,57%	6,98%

Fonte: BACH/ Banque de France

Nota: Alemanha – Valores de 2022.

O Quadro 39 mostra inequivocamente a boa performance do setor de construção português nos últimos 4 anos, à luz dos dados BACH. Os últimos anos revelam uma recuperação nos vários indicadores.

GRÁFICO 10 – COMPARATIVO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DE ALGUNS PAÍSES EUROPEUS



Fonte: BACH/ Banque de France

Individualmente, por indicador, o Gráfico 10 permite ter uma melhor perspetiva da posição de Portugal comparativamente aos restantes parceiros europeus.

Nos indicadores *Rotação do Ativo* e na *Rentabilidade do Capital Próprio*, Portugal aparece em último lugar, e *Rentabilidade das Vendas* em penúltimo. É no rácio de *Solvabilidade* que Portugal ocupa a sua melhor posição, a seguir à Polónia e a Espanha. Face ao conjunto de países, e com exceção do indicador da *Solvabilidade*, Portugal situa-se na segunda metade da tabela.

Comparativamente a 2022, Portugal manteve as mesmas posições nestes indicadores.

5. SÍNTESE

SÍNTESE

Com vista a uma caracterização genérica das empresas reguladas pelo IMPIC **detentoras de títulos habilitantes em construção**, analisaram-se os dados existentes, quer no IMPIC, quer em bases de dados nacionais e internacionais, relativos ao ano económico de 2024.

A análise, com vista ao enquadramento do **setor da construção em Portugal** e a sua comparação com o ocorrido em termos mundiais e europeus, revelou que a posição de Portugal tem vindo a oscilar no ranking das maiores empresas de construção da Europa, (GPoc 2023 – Global Powers of Construction – elaborado pela Deloitte). Em 2023, e a nível europeu, Portugal subiu para a 9ª posição, contrariando 11ª e a 14ª posição ocupada nos últimos anos. Em 2023, e à semelhança do ano anterior, apenas 1 empresa portuguesa constou no TOP 100 mundial.

Ao nível do tecido empresarial, as 17.414 empresas detentoras de Alvará de Obras Públicas (com 16.143 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de 41% do total da amostra, enquanto as 12.710 empresas detentoras de Alvará de Obras Particulares (com 10.144 a terem exclusivamente este tipo de alvará) representam cerca de 30%. Já as 462 empresas simultaneamente detentoras de Alvará de Obras Públicas e Particulares representam 1,1% da amostra.

Cerca de 36,7% das empresas encontram-se registadas na Região Norte, região onde as, média, pequena e microempresas têm mais peso, com 42,2%, 41,4% e 35,9%, respetivamente. **A Área Metropolitana de Lisboa é a região que acolhe a maior percentagem de grandes empresas**, com 45,6% do total, seguida da região Norte com 36,3% e da região Centro com 7,5%.

No presente estudo foi considerado o universo de **59.977 entidades com NIF portugueses e títulos habilitantes válidos a 31.12.2023**. Desse universo, foram identificadas as **37.020 entidades para as quais existe informação financeira**, número que constituiu a amostra trabalhada. Essa amostra é representativa de 61,7% das empresas com NIF portugueses e títulos habilitantes válidos.

As **microempresas são dominantes nos certificados (86,4%)**, assim como nas classes 1 e 2 de alvarás; **as PME são predominantes nas classes 3 a 8** (destas, nas classes 3, 4, 5 e 6, são dominantes as pequenas empresas (54,2%) e, nas classes 7 e 8, a predominância são as médias empresas (66,7%); as **grandes empresas são maioritárias na classe de habilitações mais elevada (9)**, com 64,4%.

As empresas da amostra empregam **485.964 trabalhadores**, sendo que a média do número de trabalhadores é tanto mais alta quanto a dimensão da empresa e quanto maior o título habilitante que possui.

A análise da situação económico-financeira foi efetuada tendo em conta vários **indicadores**, definidos por Lei, como o *Capital Próprio*, a *Liquidez Geral* e a *Autonomia Financeira*. Foram igualmente alvo de análise a *Liquidez Reduzida*, a *Cobertura do Ativo Não Corrente*, a *Solvabilidade*, o *Endividamento*, a *Estrutura de Endividamento*, o *Resultado Líquido do Exercício*, a *Rentabilidade do Capital Próprio*, a

Rentabilidade do Ativo, o Volume de Negócios, a Rotação do Ativo, a Rentabilidade das Vendas e a Margem EBITDA.

No caso da **Liquidez Geral** e da **Autonomia Financeira**, 50% das empresas apresentaram **rácios superiores a 200% e 38%**, respetivamente, valores em linha com os observados nos anos transatos.

No que respeita aos **valores mínimos definidos por Lei** relativamente aos primeiros rácios, verificaram-se os seguintes **incumprimentos**: das empresas da amostra, (com classe ≥ 3), 9,9% não cumpriam os valores mínimos de *Capital Próprio*, 7,0% não cumpriam o valor mínimo de *Liquidez Geral* e 3,8% não respeitavam o valor mínimo de *Autonomia Financeira*.

A análise ao **conjunto dos indicadores financeiros** (*Liquidez Reduzida, Cobertura do Ativo Não Corrente, Solvabilidade, Endividamento e Estrutura de Endividamento*) evidencia alguns aspetos. **O setor apresenta valores que se podem considerar, no conjunto, positivos**, mesmo que não tenham individualmente igual desempenho. As empresas com títulos habilitantes de obras públicas apresentam melhores resultados nos indicadores e, conseqüentemente, maior solidez financeira comparativamente com as empresas com títulos habilitantes de obras particulares. A evolução dos indicadores tem verificado alguma oscilação, com o último ano a observar uma inversão na tendência de crescimento que se tinha vindo a observar. A *Liquidez Reduzida* observou um decréscimo nos últimos dois anos. O *Endividamento* registou um valor inferior ao observado no último ano. A *Cobertura do Ativo Não Corrente* manteve um valor muito elevado, apesar da inversão da tendência, sobretudo no último ano.

Quanto aos **indicadores económicos** (*Resultado Líquido do Exercício, Rentabilidade do Capital Próprio, Rentabilidade do Ativo, Volume de Negócios, Rotação do Ativo, Rentabilidade das Vendas e Margem EBITDA*), em 2023 verificou-se, na generalidade, uma recuperação no valor dos indicadores económicos das empresas com títulos habilitantes de construção, comparativamente ao ano anterior.

O número de empresas com Resultado Líquido do Exercício negativo tem apresentado alguma oscilação nos últimos anos. Em 2023, este indicador aumentou 1,8% face ao ano anterior.

As **20 maiores empresas** de construção em termos de *Volume de Negócios* declararam, em 2023, um valor de **Volume de Negócios superior a 19,8 mil milhões de euros**, o que corresponde a cerca de **32%** do **Volume de Negócios total** registado pelas empresas analisadas, no valor de cerca de **62,5 mil milhões de euros**.

Na **análise comparativa com os restantes países europeus** de que foi possível dispor de dados, verificou-se que o sector da construção nacional apresenta **níveis médios de Endividamento, e Margem EBITDA**. O rácio de **Solvabilidade** é o indicador onde o setor nacional ocupa a melhor posição, atrás da Polónia e de Espanha. No que se refere à **Rentabilidade do Capital Próprio** e à eficiência na utilização do Ativo, expressa pelo indicador **Rotação do Ativo**, Portugal continua a apresentar **dos valores mais baixos entre os países europeus**.



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -10 Lisboa · Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt